

# Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nova derrota da Lava-Jato.....	4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Mais tempo para o IR.....	5
ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Rosa Weber limita compra de armas.....	7
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Mudança na tributação global ganha urgência na pandemia (3).....	8
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Turmas do STJ dificultam defesa do contribuinte em execução fiscal.....	10
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Restituição sem datas alteradas neste ano.....	12
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Governo prepara PEC que livra obras do teto.....	13
EXTRA - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL Auxílio-doença sem perícia vai beneficiar 600 mil.....	15
JORNAL DA CIDADE - SE - ECONOMIA/OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Perspectivas para os direitos sociais (2).....	16
O LIBERAL - PA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Justiça condena integrantes de quadrilha que fraudava o INSS.....	17
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Tira dúvidas do IR 2021: rendimento inferior, empresa inativa, ação trabalhista.....	18
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER SERVIDOR PÚBLICO Presidente já prepara tropa de choque e escala líder do centrão.....	19
A TARDE - BA - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO Reforma administrativa inquieta servidores públicos (2).....	21
JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA CONGRESSO EM FOCO Juristas veem crimes de responsabilidade.....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA "Não desequilibrar câmbio desvalorizado e juro baixo é desafio".....	23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A reforma tributária dos EUA (2)** ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Reformas voltam para a gaveta - BRASÍLIA - DF** ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Gestão Bolsonaro mantém verbas a faculdades suspeitas de fraudes no Fies** ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Braga Netto repete crítica a Barroso** ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Lasso terá de fomentar a economia em meio a aperto fiscal no Equador** ..... 31

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**STF autoriza STJ a acessar mais conversas da Lava Jato** ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Governo tenta manobrar** ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Com piora da pandemia, bancos traçam cenário mais pessimista para a economia** ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Brasil despenca no ranking de renda per capita e deve cair mais** ..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Em ano de eleição, Bolsonaro terá folga no teto para ampliar despesas** ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Bolsonaro recebe sugestão para deixar Orçamento com Lira** ..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Manobra para resolver o impasse** ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Líderes empresariais sugerem ao governo mais "ambição climática"** ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**LDO de 2022 deve ter meta de déficit de R\$ 170 bilhões** ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Inflação em alta torna linha de IPCA mais cara** ..... 45

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

**O Facebook e a manipulação política - DIÁRIOS DO MUNDO** ..... 46

A TARDE - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação para idosos acumula taxa de 6,2% em 12 meses ..... 48

A TRIBUNA - ES - CIDADES  
ECONOMIA

MEC muda forma de entrar em universidade ..... 49

CORREIO DA BAHIA - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

O governo em grande confusão - MIRIAM LEITÃO ..... 50

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO  
ECONOMIA

Crise no Brasil aumenta com 2a onda de covid ..... 52

O LIBERAL - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

PEC pode ser solução para Orçamento ..... 53

O GLOBO - RJ - PAÍS  
POLÍTICA

Com "bombeiros" fora, trégua entre Planalto e a Corte se esgota - ANALÍTICO ..... 54

MEIO NORTE - PI - OPINIÃO  
POLÍTICA

República em chamadas (3) ..... 55

MEIO NORTE - PI - GERAL  
POLÍTICA

CPI pode ser adiada em razão da própria pandemia - CLÁUDIO HUMBERTO ..... 56

O DIA - PI - OPINIÃO  
POLÍTICA

Repercussões da reforma ministerial do presidente (2) ..... 58

# Nova derrota da Lava-Jato

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, autorizou, ontem, o acesso do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, às mensagens da Operação Spoofing levadas à Corte desde o início de março pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão, no entanto, restringe o uso das conversas no inquérito conduzido no STJ contra integrantes da força-tarefa da Lava-Jato até o STF decidir sobre o rumo da investigação.

O inquérito foi suspenso no último dia 30 por liminar da ministra Rosa Weber, que deverá ser discutida pelo Supremo. Na ocasião, os procuradores reforçaram à ministra o risco de Martins autorizar diligências contra a força-tarefa com base em mensagens obtidas por meios ilícitos.

Ao liberar acesso aos diálogos, Lewandowski ressalta que o pedido do presidente do STJ foi feito ao STF antes de Rosa suspender o inquérito e, por isso, ainda poderia ser analisado. "Considerando que o mencionado ofício foi expedido às 15h37 do dia 30 de março de 2021, ou seja, antes da liminar deferida às 22h55 da mesma data pela ministra Rosa Weber, mediante a qual suspendeu o inquérito que tramita naquela Corte para apurar supostos constrangimentos **impostos** a seus integrantes por membros da Operação Lava-Jato, e tendo em conta ainda que, não apenas o presidente, como também os demais ministros têm legítimo interesse em conhecer o conteúdo das referidas mensagens, em especial aquele que lhes diga respeito diretamente, defiro o pedido", anotou Lewandowski.

O ministro, porém, ressaltou que Martins só poderá fazer uso das mensagens no inquérito contra a Lava-Jato "caso assim lhe seja facultado" pelo Supremo, que determina se investigação deve ou não continuar. Ainda não há data para este julgamento.

Na mesma decisão, Lewandowski encaminhou a íntegra das mensagens públicas da Spoofing ao Corregedor-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis. Em fevereiro, o procurador-geral Augusto Aras remeteu a ele um pedido de Humberto Martins para abrir uma investigação contra a força-tarefa no "Conselhão do MP". Cabe a Rinaldo avaliar se há elementos suficientes no caso para justificar a abertura de um procedimento interno contra os procuradores.

De ofício O inquérito do STJ contra a Lava-Jato foi

aberto de ofício (por iniciativa própria) por Humberto Martins e mira suposta intenção da força-tarefa em investigar, sem autorização judicial, a movimentação bancária de ministros do tribunal. Em março, ele avaliava a possibilidade de decretar buscas contra os procuradores, que temiam até mesmo a prisão preventiva.

A apuração avançou contra a operação na esteira das mensagens hackeadas da força-tarefa que estão sendo divulgadas desde a decisão que concedeu acesso ao acervo da Spoofing à defesa de Lula. A origem ilícita das conversas, obtidas por meio de hacker, é um dos pontos questionados pelos procuradores para barrar a investigação no STF.

Em uma conversa citada por Martins para abrir o inquérito, o ex-coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol, escreve: "A RF (**Receita Federal**) pode, com base na lista, fazer uma análise patrimonial, que tal? Basta estar em EProc (processo judicial eletrônico) público. Combinamos com a RF. Furacão 2". O procurador Diogo Castor de Mattos, que integrava a força-tarefa na ocasião, respondeu a mensagem dizendo: "Felix Fischer eu duvido. É um cara sério". "Furacão 2" seria uma referência à operação Furacão, deflagrada em abril de 2007 que atingiu o então ministro do STJ Paulo Medina, denunciado por integrar um esquema de venda de sentenças judiciais.

Diretor define cúpula da PF O novo diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, definiu os novos integrantes da cúpula da corporação durante sua gestão. O convidado para posto número 2, o diretor-executivo, foi o delegado Cairo Duarte, atual superintendente em Minas Gerais. Já a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, que cuida de inquéritos que tramitam nas cortes superiores, será comandada por Luís Flávio Zampranha. A Diretoria de Inteligência ficará sob a responsabilidade do delegado Rodrigo Carneiro, que hoje atua na divisão de crimes fazendários da corporação. O perito Nivaldo Poncio chefiará a Diretoria Técnico-Científica e o delegado Alessandro Moretti comandará a Diretoria de Tecnologia da Informação.

# Mais tempo para o IR

**MARINA BARBOSAPEDRO ÍCARO\***

A **Receita Federal do Brasil** estendeu o período de entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O prazo foi adiado de 30 de abril para 31 de maio em virtude da pandemia de covid-19. Porém, não altera o cronograma de restituições do IRPF, que começam a ser pagas no próximo mês.

A extensão do prazo do ajuste de contas com o Leão vinha sendo solicitada por profissionais de contabilidade e pelo Congresso Nacional por conta das restrições impostas pela pandemia de covid-19, que têm atrapalhado alguns contribuintes na hora de recolher os documentos necessários à declaração e entregar esse material aos profissionais que dão suporte à declaração. E foi confirmada ontem pela **Receita Federal**, por meio da publicação da Instrução Normativa nº 2.020 no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com a **Receita Federal**, com isso, os contribuintes ganham 30 dias a mais para entregar a declaração anual do IRPF, mas também a declaração final de espólio e a declaração de saída definitiva do país. O vencimento do pagamento do imposto relativo às declarações e o prazo de retificação das declarações também foram adiados para 31 de maio.

"As prorrogações foram promovidas como forma de suavizar as dificuldades impostas pela pandemia do Coronavírus (covid-19). A medida visa proteger a sociedade, evitando que sejam formadas aglomerações nas unidades de atendimento e demais estabelecimentos procurados pelos cidadãos para obter documentos ou ajuda profissional", informou o órgão.

Ainda segundo a **Receita Federal**, 32 milhões de declarações são esperadas neste ano. Até ontem, no entanto, só 12,4 milhões de contribuintes já haviam prestado contas com o Leão. "Muitos ainda não declararam. O sistema poderia travar e muitas pessoas poderiam enviar a declaração com pendência se não tivesse a prorrogação. Então, agora é não deixar para a última hora de novo, para evitar transtornos", orientou o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Sescon-SP), Reynaldo Lima Jr.

Segundo ele, muitos contadores acreditam que o novo prazo da declaração ainda é curto, já que a pandemia de covid-19 tem restringido a circulação em muitas

idades do país e, no ano passado, esse prazo foi maior. Em 2020, o Fisco também adiou a data-limite de entrega da declaração devido à pandemia de covid-19, mas o prazo foi prorrogado por 60 dias, até 30 de junho.

Diretor executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos acrescentou que, hoje, é possível recolher boa parte desses documentos de forma online. "Para evitar a malha fina, é interessante que o contribuinte inicie o quanto antes o processo de elaboração da declaração, pois poderá fazer com mais calma, buscando documentos que faltam e ajustando possíveis inconsistências", reforçou.

## Restituição

A **Receita Federal** ressaltou, ainda, que, quanto antes entregar a declaração, mais cedo o contribuinte vai receber a restituição. É que o calendário de restituição do IRPF 2021 não mudou por conta do novo prazo da declaração.

Neste ano, a **Receita Federal** dividiu as restituições em cinco lotes. O primeiro deles será em 31 de maio - o mesmo dia em que vai se encerrar o novo prazo de entrega das declarações. Devem ser restituídos nesta data aqueles contribuintes que têm prioridade legal no recebimento, isto é, os brasileiros com mais de 60 anos de idade, sobretudo os que têm mais de 80 anos, os portadores de deficiência física ou doença grave e os contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério.

Os demais lotes de restituição continuam previstos para 30 de junho, 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro. E, neste caso, as restituições serão priorizadas pela data de entrega da declaração do IRPF.

## Declaração anual do IRPF Qual o prazo da declaração?

30 de abril era o prazo inicial de entrega da declaração 31 de maio é o novo prazo, anunciado ontem pela Receita 31 de julho é o prazo defendido pelo Congresso, que deve ser votado hoje pela Câmara

## Por que a prorrogação?

32 milhões de declarações são esperadas neste ano 12,4 milhões foram entregues até ontem

Dicas para fazer a declaração: 1- Separar documentos pessoais (RG, CPF) e dos dependentes 2- Separar notas fiscais de rendimentos, assim como de saúde 3- Reunir comprovantes com educação, doações, pensão alimentícia, compra e venda de bens, rescisões trabalhistas, heranças etc.

4- Fazer download do programa do Imposto de Renda no site da **Receita Federal** 5- Preencher e enviar a declaração Lembre-se: Caso algum item seja preenchido de forma incorreta, você pode entrar na malha fina.

4 erros que levam à malha fina: 1 - Omissão de rendimentos do titular e/ou de dependentes 2 - Valores incompatíveis aos lançados como despesas com saúde 3 - Informações divergentes das informadas pela fonte pagadora de rendimentos 4 - Dedução indevida de previdência privada, **previdência social** ou pensão alimentícia

10 erros que podem deixar a declaração retida 1 - Deixar de lançar rendimentos tributáveis de pessoa jurídica (como resgate de previdências privadas, do trabalho em empresas, do trabalho de dependentes) 2 - Deixar de lançar rendimentos tributáveis de pessoa física (como pensão alimentícia e aluguel recebido) 3 - Não abater comissões e despesas de aluguéis recebidos 4 - Preencher na ficha de pagamentos com **previdência complementar** valores pagos à previdência privada 5 - Deixar de lançar gastos com saúde 6 - Deixar de lançar reembolsos em saúde, como seguro 7 - Não preencher os ganhos de renda variável se o contribuinte ou seus dependentes operaram em bolsa de valores 8 - Preencher gastos com pensão alimentícia sem decisão judicial ou acordo 9 - Lançar os mesmos dependentes quando a declaração é feita separado pelos cônjuges ou ex-cônjuges 10 - Preencher gastos com saúde valores pagos por empresas a funcionários Fonte: Confirp Contabilidade

# Rosa Weber limita compra de armas

Em decisão liminar, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber revogou ontem partes dos quatro decretos editados pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que facilitavam o acesso e a posse de armas de fogo e que entram em vigor hoje.

Um dos principais trechos suspensos foi o que aumentava de dois para seis o limite de armas por brasileiro. Profissionais de segurança pública terão o direito a até oito armas. Isso estaria condicionado aos requisitos básicos do Certificado de Registro de Arma de Fogo. O tema será enviado ao STF para confirmação ou rejeição da medida. O julgamento será agendado pelo presidente Luiz Fux.

A determinação começa a valer hoje. A ministra havia pedido explicações à Advocacia-Geral da União e do procurador-geral da República, Augusto Aras, sobre a edição recente de novos decretos que flexibilizaram o acesso a armamento e munições no país, antes de decidir sobre o pedido de suspensão dos decretos, apresentado por partidos de oposição, entre eles PSB, PT e Rede.

A ministra do STF revogou ainda o trecho de outro decreto publicado na mesma data que ampliava, em grande escala, os limites para compras de armas e munição para caçadores e colecionadores.

Outra medida anulada é a dispensa de credenciamento na Polícia Federal para psicólogos darem laudos de comprovação de aptidão psicológica a aos mesmos caçadores e colecionadores.

Os quatro decretos foram assinados por Bolsonaro em 12 de fevereiro para flexibilizar regras para compra de armas e munições. Um deles ampliadas de quatro para seis o número de armas que uma pessoa comprar. Já profissionais da área de segurança podem ter até oito. Até a semana passada, senadores de oposição tentaram derrubar os decretos, mas o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) retirou da pauta quatro projetos apresentados pelo PT contrários às novas medidas do governo federal. Pacheco atendeu a um pedido do relator, senador Marcos do Val (Podemos-ES), que alegou não ser o momento adequado por causa da pandemia.

De acordo com as novas regras, policiais, integrantes das Forças Armadas, da magistratura, do Ministério Público e agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) têm direito a mais duas armas, além das seis já permitidas. Outro decreto fez mudanças nas regras

para colecionadores, atiradores e caçadores (conhecidos pela sigla CACs). Até agora, para ser CAC, uma pessoa precisava apresentar laudo de psicólogo credenciado pela Polícia Federal. O laudo, pelo decreto, poderia ser emitido por qualquer psicólogo e ser substituído por "declaração de habitualidade", fornecida pela associação à que a pessoa estiver filiada. Mas a ministra Rosa Weber vetou esse item também.

O decreto estabelece também a quantidade máxima de munição a ser comprada além do limite estabelecido por ano (mil unidades de munição para cada arma de uso restrito e cinco mil para cada arma de uso permitido). Caçadores podem pedir ao Exército a compra duas vezes maior do que esse limite, e o atiradores poderão pedir até cinco vezes o limite.

A prática de tiro desportivo para adolescentes entre 14 e 18 anos pode ser feita também com a arma de fogo cedida por outro desportista. Antes, era permitido apenas usar a arma da entidade ou do responsável legal. Os clubes de tiro poderão optar por não exigir documentação necessária caso o adolescente pratique apenas com armas de pressão.

Os decretos alteram diversos que eram considerados produtos controlados pelo Exército (PCEs). Desde ontem, é permitida a aquisição de projéteis com até 12,7 milímetros. Ficam eximidas de fazer registro no Exército as empresas que trabalham com armas de pressão e pessoas físicas que usam PCEs para prática de tiro recreativo não desportivo em clubes ou escolas de tiro. O decreto também autoriza coleção de armas de fogo de uso restrito que tenham sido projetadas há mais de 40 anos. Poder Judiciário, Ministério Público, **Receita Federal**, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) podem adquirir produtos controlados.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Mudança na tributação global ganha urgência na pandemia (3)

A pandemia acelerou o debate internacional a respeito da revisão dos **impostos** e pode dar um fim a 30 anos de guerra fiscal global. Os gastos elevados dos governos para enfrentar a pandemia com medidas sanitárias, compra de vacinas e estímulos à economia ampliaram os gastos públicos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula em US\$ 16 trilhões as ações fiscais globais em resposta à pandemia até agora. Em consequência, em toda parte do mundo, não só no Brasil, buscam-se fontes de recursos para cobrir os gastos que parecem não acabar. Esse é um dos temas da reunião do FMI deste mês. Imposto de solidariedade, tributo sobre os serviços digitais, taxar as multinacionais que ganharam dinheiro com a pandemia e a lista dos mais ricos da Forbes são algumas das ideias em circulação.

A derrota de Donald Trump nas últimas eleições americanas abriu caminho para o avanço nas negociações. Durante alguns anos a União Europeia pressionou os Estados Unidos para analisar a taxação dos serviços digitais. Trump sempre se apôs alegando que as gigantes americanas Amazon, Google e Facebook, entre outras, seriam particularmente prejudicadas. No Fórum de Davos virtual deste ano, em janeiro, os europeus voltaram à carga com a proposta que compreende o pagamento de **impostos** onde os consumidores residem (Pilar I) e a instituição de um imposto mínimo global para combater os paraísos fiscais. Qualquer semelhança com o debate da **reforma tributária** brasileira não é mera coincidência.

A proposta encontrou terreno fértil na administração de Joe Biden, que avalia que o projeto pode ajudar a financiar seu pacote de US\$ 2,3 trilhões para a infraestrutura e apresentou uma proposta que está sendo chamada de a grande "barganha" na imprensa internacional.

Washington propõe que o imposto único global seja de 21%, praticamente o dobro dos 11% a 12% que o FMI vem sugerindo e acima dos 12,5% que a França já está aplicando. Um imposto mínimo global nesse patamar pode tornar mais aceitável a intenção de Biden de elevar a tributação da pessoa jurídica dentro dos Estados Unidos. Trump cortou esse imposto de 35% para 21% e o novo governo quer elevá-lo para 28%.

Em troca, os Estados Unidos propõem que as 100 maiores empresas do mundo sejam tributadas pelas vendas realizadas em países onde não possuem sede. Muitas delas são americanas, de modo que o fisco americano estaria assim abrindo mão de parte da receita. Por outro lado, esperam que os demais países desistam dos **tributos** digitais que propuseram nos últimos tempos (Valor 9/4).

Vários estudos projetam quanto as bigtechs ganham ao escapar da tributação. A **Receita Federal** brasileira calcula que pagam 76% a menos do que as demais empresas. Participante do G-20 estima que pagam a metade. O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, calcula que a "tributação justa" das multinacionais, incluindo as empresas digitais, pode aumentar a receita do imposto de renda corporativo global em até US\$ 100 bilhões por ano, com aumento de cerca de 4% em relação ao valor atual (Valor 7/4). Essa estimativa levava em consideração um imposto global mínimo menor do que o proposto por Biden. A OCDE também incluía um grupo de mais de 2 mil multinacionais.

Outras sugestões foram colocadas na mesa. O diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vitor Gaspar, propôs a criação de um imposto de solidariedade. Seria um imposto temporário sobre os lucros extraordinários de empresas obtidos em 2020 e também seria cobrado de grandes fortunas. Chile e México discutem a tributação dos mais ricos.

Se a perspectiva de uma grande mudança nas regras globais de tributação parece mais viável, deve provavelmente levar mais tempo do que se esperava. A União Europeia contava com implementar as novas regras até julho. No entanto, isso deve levar mais tempo uma vez que precisa passar pelo Congresso de diversos países.

Apesar de ter assinado na semana passada o **comunicado** do grupo dos emergentes do Banco Mundial e FMI, o G-24, que defende um acordo tributário global que inclua os ganhos digitais, e de estar avidamente buscando receitas tributárias, o Brasil parece estranhamente distante desse debate global. O possível impacto das mudanças em países em desenvolvimento será discutido hoje pelo FMI e Banco Mundial. Alheias às grandes tendências, as autoridades brasileiras parecem mais preocupadas em



taxar livros e reduzir impostos de armas e games.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Turmas do STJ dificultam defesa do contribuinte em execução fiscal

**Beatriz Olivon De Brasília**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tornou mais complicada a vida do contribuinte que teve pedido de compensação de **tributos** negado pela **Receita Federal**. As turmas de direito público-a 1ª e a 2ª - passaram a entender que não cabem embargos à execução fiscal para discutir a questão, impedindo na prática a apresentação de defesa nesses processos.

O tema chamou a atenção depois de uma decisão recente envolvendo a Raízen. O ministro Gurgel de Faria negou um pedido feito pela empresa para levar a questão à 1ª Seção, que reúne as duas turmas, por supostamente haver divergência de entendimentos. Ele indicou que a 1ª Turma mudou seu posicionamento, alinhando-se à 2ª.

A discussão é relevante porque a compensação tributária é amplamente utilizada pelas empresas. No ano passado, um total de R\$ 167,7 bilhões em **tributos** foram pagos com créditos fiscais, sendo uma das justificativas para a queda na arrecadação, em comparação com a obtida no ano anterior, de acordo com dados da **Receita Federal**.

Agora, com o entendimento de que os embargos não podem ser usados para discutir compensação que foi negada administrativamente, resta aos contribuintes duas saídas, de acordo com tributaristas. Uma delas é a ação anulatória, que pode ser apresentada logo após a resposta da **Receita Federal**. A outra é a ação de repetição de indébito, no término da execução fiscal.

A Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 1980) veda a discussão sobre pedidos de compensação por meio de embargos à execução fiscal (artigo 16). A interpretação dos tributaristas, porém, é a de que essa restrição só vale para casos em que o pedido não foi feito administrativamente.

O STJ julgou um repetitivo sobre o assunto em 2009. Nele, fixou que a compensação efetuada pelo contribuinte, antes do ajuizamento da ação, pode ser fundamento de defesa nos embargos à execução fiscal, para esclarecer a presunção de liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa (CDA) quando à época da compensação foram atendidos os requisitos da existência de crédito tributário compensável, da

configuração do indébito tributário e da existência de lei autorizando a compensação (REsp 1008343).

Porém, surgiram dúvidas com o julgado. A 2ª Turma passou a entender que os requisitos só valiam para o pedido de compensação aceito administrativamente. E a 1ª Turma decidia, até pouco tempo atrás, de forma mais ampla, aceitando discutir em embargos aqueles que foram negados.

A mudança de ramo da 1ª Turma fez com que fosse afastada a possibilidade de discutir a questão na seção de direito público. No caso, depois de ter um pedido de compensação negado administrativamente, a Raízen se manifestou em embargos à execução fiscal. Quando eles foram negados pela segunda instância, recorreu ao STJ.

No tribunal superior, depois de ter o pedido novamente negado pela 2ª Turma, tentou levar a questão adiante. Porém, Gurgel de Faria alegou no pedido que a 1ª Turma também está decidindo contra os contribuintes (EREsp 1795347).

Inicialmente, o ministro reconheceu a divergência, em decisão no dia 26 de agosto de 2020. Mas depois mudou o entendimento. O motivo foi um julgamento, em setembro, em que a 1ª Turma alterou seu posicionamento (REsp 1054229).

Na decisão, Gurgel de Faria afirma que a 1ª Turma realinhou seu entendimento e, na forma da compreensão da 2ª Turma, tem decidido que não pode ser deduzida em embargos à execução fiscal a compensação indeferida na esfera administrativa.

Donovan Mazza Lessa, advogado do Maneira Advogados, que representa a Raízen na ação, pretende recorrer. "O repetitivo de 2009 passou a ser mal interpretado pelo STJ. O precedente autorizava a discussão de compensação em embargos, mas a redação do acórdão levou a outro entendimento", diz.

Segundo o advogado, se prevalecer o voto do relator, quando o contribuinte tiver compensação indeferida na esfera administrativa, não poderá esperar se defender em embargos à execução. Seria necessário entrar com uma nova ação e a garantia apresentada na execução seria liquidada.

"A saída para os contribuintes será ajuizar, de forma antecipada, uma ação anulatória para colocar toda a matéria para discussão pelo Judiciário", afirma Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados. Esse entendimento, acrescenta, deve aumentar a litigiosidade e o congestionamento na justiça.

Procurador da Fazenda Nacional, Marcelo Kosminsky afirma que o artigo 16 da Lei de Execuções Fiscais veda pedidos de compensação em embargos à execução. Mas, diz, o STJ permite, excepcionalmente, a discussão quando esse encontro de contas já foi homologado administrativamente ou de forma judicial antes da execução fiscal.

A decisão que indica a mudança de posicionamento da 1ª Turma afirma que o tema não poderá mais ser discutido no STJ, segundo o procurador. Nos casos em que o contribuinte indica um crédito para compensação e ele não é homologado, afirma, o débito confessado pode ser cobrado imediatamente.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186798?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186798?page=1&section=1)**

# Restituição sem datas alteradas neste ano

A decisão da **Receita Federal** de adiar em um mês o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) não alterou o calendário de restituições. O contribuinte continuará a receber o reembolso em cinco lotes mensais, de 31 de maio a 30 de setembro.

De acordo com a Receita, quanto mais rápido o contribuintes enviar a declaração, mais rápida será a restituição. No primeiro lote, no fim de maio, terão prioridade os brasileiros com mais de 60 anos de idade, sobretudo os que têm mais de 80 anos, as pessoas com deficiência física ou doença grave e os contribuintes que têm o magistério como fonte principal de renda.

O adiamento do prazo fez a Receita ajustar outras obrigações relativas ao Imposto de Renda. O contribuinte que deseja pagar o imposto por débito automático desde a primeira cota deverá fazer o pedido até 10 de maio. Quem enviar a declaração após essa data deverá pagar a primeira parcela por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e quitar as demais cotas em débito automático. (Agência Brasil)

**Site:**

**<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2021/04/restituicao-sem-datas-alteradas-neste-ano.html>**

# Governo prepara PEC que livra obras do teto

*Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA*

O governo estuda apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para destravar os novos programas de combate aos efeitos econômicos da covid-19 e, de quebra, resolver o impasse no Orçamento de 2021. A minuta do texto, obtida pelo Estadão/Broadcast, permite um gasto de até R\$ 18 bilhões em obras patrocinadas por parlamentares fora do teto de gastos - que limita o avanço das despesas à **inflação** - e de outras regras fiscais.

A equipe econômica participa das discussões e tenta diminuir esse valor para R\$ 15 bilhões, segundo apurou a reportagem.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes dizem que a proposta ainda não recebeu validação definitiva do ministro.

A alternativa da PEC ganhou força porque, para a Economia, seria uma maneira de "carimbar" os créditos extraordinários necessários para bancar a nova rodada de programas de ajuda às empresas e aos trabalhadores, sem necessidade de recorrer à calamidade. Apertar esse "botão", na avaliação de Guedes, seria equivalente a um "cheque em branco" para despesas adicionais, com risco de igualar 2020, quando os gastos da crise chegaram a 8% do **PIB**.

O ministro prefere que as injeções de recursos sejam "muito cuidadosas, efetivas e com foco nos programas que deram certo".

Nos bastidores, a PEC já foi apelidada de "fura-teto" e pode opor novamente a ala mais técnica do Ministério da Economia ao grupo que está disposto a fazer concessões.

Para a ala política, a proposta é solução para abrir espaço às emendas parlamentares que hoje são alvo de impasse na discussão do Orçamento de 2021. O governo acertou R\$ 16,5 bilhões em emendas para os congressistas patrocinarem ações de seu interesse, em troca da aprovação da PEC emergencial, que recriou o auxílio emergencial e instituiu medidas futuras de ajuste consideradas essenciais pela Economia.

Para fazer caber esses gastos, despesas obrigatórias (inclusive com a Previdência) foram subestimadas, e o caso virou alvo de investigação pelo TCU.

Para desfazer a maquiagem no Orçamento, seria preciso vetar as emendas, um movimento indesejado sob o ponto de vista político, sobretudo após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso de determinar a instalação da CPI para apurar eventuais erros e omissões do governo no combate à pandemia. A PEC virou alternativa para desafogar as demandas parlamentares.

Na minuta, estão previstos R\$ 10 bilhões para renovar o BEm, programa que permite às empresas reduzirem jornada e salário dos funcionários ou suspender contratos. Segundo o governo, a medida ajudou a manter 11 milhões de empregos em 2020. A reedição do programa é uma demanda das empresas mais afetadas pelas medidas de isolamento social adotadas em todo o País para conter o avanço do novo coronavírus.

Há ainda outros R\$ 7 bilhões para o Pronampe, programa de crédito para micro e pequenas empresas, com garantia do Tesouro Nacional. A equipe econômica, no entanto, tenta limitar esse valor a R\$ 4 bilhões. Esse volume de garantias, segundo uma fonte envolvida nas negociações, já seria suficiente para conceder R\$ 40 bilhões em novos empréstimos.

O aval para obras, por sua vez, está em um dispositivo separado, que tem redação mais genérica e prevê até R\$ 18 bilhões para "outras despesas que tenham por objetivo atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia de covid-19".

## AS 3 REGRAS FISCAIS

**I Meta fiscal** O resultado primário é calculado pela diferença entre as despesas do governo (com pagamento de pessoal, Previdência, custeio e investimentos) e as receitas com os **tributos**. Para este ano, o governo vai gastar mais do que arrecadar - portanto, a meta permite um resultado negativo em até R\$ 247,1 bilhões.

**I Teto de gastos** Criado no governo do ex-presidente Michel **Temer**, limita o avanço das despesas à variação da **inflação** acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. De junho de 2019 a julho de 2020, esse índice ficou em 2,13%, porcentual que corrige o teto em 2020.

**I Regra de ouro** Impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como

salários, **Previdência Social** e benefícios assistenciais.

A exceção é se o Congresso conceder uma autorização especial para emitir dívida e usar esse dinheiro para pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família. Para este ano, o governo precisaria de um crédito extra de R\$ 444,1 bilhões. Com medidas como uso do lucro do BC, devolução antecipada da dívida do BNDES e desvinculação de superávit financeiro, o valor caiu para R\$ 125,7 bilhões.

Mudança

Minuta dá ao governo poder para que emendas vetadas sejam realocadas como gastos obrigatórios por decreto.

Governo deve recorrer a uma nova PEC para destravar programas?

Leonardo Ribeiro

Não A ideia de apresentar mais uma PEC fiscal para lidar com a pandemia revela despreparo da equipe econômica no planejamento das ações de combate ao vírus. Deixaram morrer o orçamento da guerra, aprovado em meados do ano passado, para promover a PEC da emergência fiscal, que agora querem deixar de lado para discutir outra proposta de alteração constitucional sobre o tema. Passam a impressão de que estão completamente perdidos na sala de comando em um momento crítico da pandemia. Não cabe agora discutir novamente uma nova PEC dos gastos públicos.

O que o governo precisa fazer é apresentar um plano fiscal de curto e médio prazos juntamente com programas emergenciais, mostrando uma rota de chegada. E as regras fiscais? Já temos mecanismos para lidar com elas nesse cenário emergencial.

ECONOMISTA E ANALISTA DO SENADO

Carlos Thadeu de Freitas

Sim É uma ideia excelente, pois pode resolver rápido a renovação do BEm, programa de estímulo ao emprego. Essa atitude do governo é fundamental para as empresas de comércio e serviços. O programa no ano passado foi muito importante para evitar demissões.

Os Estados e prefeituras decretam lockdown e deixam para as empresas ou governo pagarem a conta. Mostra preocupação do governo para ajudar as empresas. A nova PEC é necessária para dar suporte legal ao governo. E mostra que o Ministério da

Economia está mostrando que está respeitando o teto das despesas.

ECONOMISTA-CHEFE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Auxílio-doença sem perícia vai beneficiar 600 mil

A concessão do auxílio-doença sem a necessidade de perícia médica presencial pode beneficiar quase 600 mil segurados que estão aguardando para realizar o procedimento em todo o país. A medida que permite o pagamento dos benefícios por incapacidade temporária apenas com o envio de atestado médico e documentos pelo aplicativo Meu **INSS** foi regulamentada no dia 1º de abril, por meio de uma portaria, e vale até 31 de dezembro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), 597.329 segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) possuem pendências relacionadas à perícia médica nos requerimentos de auxílio-doença.

Para Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP, a portaria poderá trazer uma redução nominal desta fila, mas não a solução definitiva da análise.

Isso ocorre porque o auxílio-doença sem perícia tem duração máxima de apenas 90 dias, sem possibilidade de prorrogação. Se houver necessidade de continuar recebendo o pagamento, o segurado terá que fazer um novo requerimento.

- Doenças incapacitantes de natureza degenerativa e crônica não possuem data prevista para alta, situação que somente será verificada após longo tratamento. Além do problema da alta médica, essa análise superficial, se indeferir o benefício, manterá o segurado na fila para perícia da mesma forma, atrasando a proteção social e gerando mais desproteção - ressalta Cherulli.

A solicitação de auxílio-doença sem perícia médica não se aplica aos segurados com exames presenciais agendados dentro do prazo de até 60 dias, exceto quando for suspenso o funcionamento dos serviços de perícia na referida agência da **Previdência Social**.

**PRAZO** Auxílio-doença sem perícia presencial tem duração máxima de apenas 90 dias

**EXCEÇÃO** Situação não se aplica a quem já agendou exames presenciais dentro de 60 dias não

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

## Perspectivas para os direitos sociais (2)

**MARCUS ORIONE**

Temos, recentemente, insistido na investigação das organizações rígidas e flexíveis da compra e venda da força de trabalho. Em síntese, trata-se de uma análise a partir da forma jurídica. A cada modo de produção corresponde uma forma social específica. No capitalismo, o sujeito de direito, supostamente livre, igual e proprietário, vende a sua força de trabalho.

Há, na circulação, uma reiteração de práticas que confirmam a reprodução deste elemento típico do capital. O que se dá, com distinção segundo as determinações históricas, é que, às vezes, a alienação se faz de maneira rígida (como ocorreu no fordismo) e, em outros momentos (como o atual), isso se processa com maior flexibilidade - atingindo todas as extensões da vida social (a ética, a estética, entre outras). Portanto, tais fenômenos não podem ser analisados isoladamente, o que se dá também com os direitos sociais, que foram intensamente afetados por esse processo. Pensaremos a questão a partir dos direitos do trabalho e da **seguridade social** (que engloba a Previdência, a Assistência Social e a Saúde).

De ninguém é desconhecida a velha cantilena de que o Direito do Trabalho precisa deixar de ser rígido e adaptar-se às realidades de novos tempos. Sob alegações de que isso aumentaria a produtividade e os postos de trabalho (fatos nunca comprovados), tem-se assistido, ao longo dos anos, à sua destruição. O mesmo se passa com a **Previdência Social**, sempre colocada como deficitária e que se transformou num sistema de contribuições sem a correspondente proteção à altura dos valores recolhidos pelos segurados. E isso piora quando se trata de setor público em que houve a elevação de alíquotas (inclusive pagas há anos pelos inativos!), seguida de significativa diminuição da proteção social.

Esse fenômeno foi intensificado nos governos **Temer** e **Bolsonaro** (não se excluindo, aqui, a responsabilidade dos governos anteriores que iniciaram o processo de deterioração dos direitos sociais). A reforma trabalhista de 2017 e a previdenciária de 2019 estão a comprovar o alegado: o alargamento da desproteção social promovida por estas duas medidas é inédito na história do País. Para quem achava que essas famigeradas alterações fossem propiciar o crescimento econômico, não só isso não aconteceu, como, surpreendidos pela covid-19, fomos colhidos pela intensificação do número de mortes, diretamente ligadas a esse processo.

Tudo isso foi acentuado pelo declínio, no atual governo, de políticas assistenciais, bem como do insistente ataque promovido ao Sistema Único de Saúde (SUS). Colhidos por esse progressivo desmanche do nosso sistema de segurança social, nos vimos entre os "campeões" de casos e de mortes decorrentes do vírus (junto a países como o Estados Unidos, que insistimos em ter como modelo).

A doença hoje atinge de modo mais significativo os mais pobres, mas circula entre os estratos sociais na mesma medida da intensa circulação da força de trabalho (resultado do afrouxamento das políticas de distanciamento social). O vírus também tem se revelado bastante flexível, tanto na sua circulação quanto na sua adaptação com variantes mais fortes que surgem decorrentes da ausência de políticas efetivas, já que o que importa, em última análise, é o fluxo das mercadorias em geral e da força de trabalho em particular. Afinal, o show deve continuar sob o nome de "novo normal" - que nada mais é do que a tradicional movimentação da força de trabalho com novas regras para a preservação de uma quantidade dela minimamente saudável para ser transacionada.

Enfim, as palavras cada vez mais como determinantes da nossa materialidade: o "novo" Direito do Trabalho, a "nova" **Previdência Social**, o "novo normal". Nesse quadro, a perspectiva para os direitos sociais é trágica.

A flexibilidade, que se intensificou no Brasil a partir de 2017 e assumiu contornos máximos no ano de 2020 (a partir de coisas como a diminuição de salários ou o aumento dos serviços em domicílio com custos para a classe trabalhadora), parece ter vindo para permanecer por muito tempo.

Nos próximos anos, é possível antever muito sofrimento para as camadas mais desprotegidas da nossa sociedade.

Uma dúvida, porém, fica no ar: por quanto tempo será possível tolerarem tanta miséria sem qualquer insurreição?



# Justiça condena integrantes de quadrilha que fraudava o INSS

**ANA MATOS da REDAÇÃO**

A Justiça Federal condenou cinco ex-servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), denunciados por integrar uma quadrilha que cometeu fraudes na concessão de benefícios de prestação continuada a idosos. O grupo criminoso também fraudou benefícios que dependiam de perícia médica e cometeu ilícitos na liberação de empréstimos consignados. As informações foram divulgadas ontem pela Justiça Federal.

A sentença foi assinada no dia 5 de abril, pelo juiz federal Rubens Rollo D'Oliveira, da 3ª Vara. Hugo Oliveira da Rocha e Deuzuila das Graças Rosa Pessoa foram condenados a cumprir pena de 19 anos e oito meses de reclusão. Raimundo Rosivaldo Gomes dos Santos foi condenado a 16 anos e dez meses; Carlos Rubens Alfaia Teixeira, a 16 anos e quatro meses; e José Carlos Ferreira Lima, a 13 anos e dez meses.

Além do decreto da anulação do cargo público dos réus, a sentença determinou a perda de todos os valores em dinheiro apreendidos em moeda nacional ou estrangeira, veículos, jóias e demais bens móveis e imóveis por serem produto de infração.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>**

# Tira dúvidas do IR 2021: rendimento inferior, empresa inativa, ação trabalhista

Por G1

O prazo para fazer a declaração do Imposto de Renda 2021 já começou - e com ele as dúvidas dos contribuintes.

Para ajudar nessa tarefa, a pedido do G1, o especialista em imposto de renda da consultoria EY, Antonio Gil, vai responder todas as semanas, durante todo o prazo de declaração, a 15 perguntas dos leitores. Serão 3 perguntas por dia, de segunda a sexta.

Tem alguma dúvida? Mande sua pergunta e veja as já respondidas SAIBA TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA 2021

1) Quem já declarou uma vez deve declarar todos os anos mesmo o rendimento sendo inferior ao valor que a Receita estipula? (Edna Helia)

Resposta: Não. Anualmente deve-se fazer uma análise se o contribuinte está obrigado a entregar Declaração de Imposto de Renda, conforme requisitos determinados pela **Receita Federal** anualmente. Inclusive, quem já entregou Declaração individualmente em um ano, pode ser incluído como dependente em outros anos, desde que preencha os critérios para tal.

2) Sou sócia de uma empresa inativa desde 2019 (Extinção pelo encerramento da liquidação voluntária). Preciso continuar declarando isto como Bem/Direito na declaração deste ano? (Bruna Nishikawara)

Resposta: Não. O encerramento deve ser informado na DIRPF do ano correspondente a esse acontecimento (extinção). A partir desse ano, ela não precisará mais estar incluída em suas Declarações.

3) Em 2020 recebi um valor referente a acordo de ação trabalhista, como declarar? (Adriano Gama Barcelos)

Resposta: Os valores recebidos de processos trabalhistas podem ser divididos em duas categorias, quais sejam: as indenizações (rendimentos isentos) e as verbas tributáveis não pagas ou atrasadas (rendimentos recebidos acumuladamente). As indenizações devem ser incluídas no campo de

Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

As verbas trabalhistas não pagas ou atrasadas englobam salários atrasados, 13º, férias e aposentadoria e devem ser informadas no campo de Rendimentos Recebidos acumuladamente. Dentro deste campo de RRA, você deverá informar o CNPJ e nome da fonte pagadora e os rendimentos tributáveis (que não devem considerar os honorários advocatícios proporcionais a esse valor, ou seja, a porcentagem dos honorários advocatícios em relação ao valor da ação é a porcentagem que deve ser deduzida do rendimento tributável), a contribuição previdenciária (**INSS**) retida pelo empregador, o imposto retido na fonte (conforme informado pelo empregador). Caso você seja maior de 65 anos e recebeu aposentadoria ou pensão atrasados, informe o valor da parcela isenta de 65 anos no respectivo campo, conforme consta no informe de rendimentos. O processo deve indicar o mês de recebimento dos valores e o número de meses a que se refere.

Faça a simulação sobre a forma de tributação (exclusiva na fonte ou pelo ajuste anual) mais vantajosa. Por fim, os gastos com o advogado devem ser informados no campo de Pagamentos Efetuados, no item 61.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/04/13/tira-duvidas-do-ir-2021-rendimento-inferior-empresa-inativa-acao-trabalhista.ghtml>

# Presidente já prepara tropa de choque e escala líder do centrão

*Gustavo Uribe e Julia Chaib Brasília*

Com as perspectivas de criação nesta terça (13) da CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assumiu pessoalmente nesta segunda (12) a articulação política para tentar blindar a gestão federal de uma investigação sobre os equívocos cometidos no combate à pandemia do coronavírus.

Ao longo do dia, o presidente disparou ligações para senadores tanto de partidos de direita como de centro na tentativa de convencê-los a aumentar o escopo da comissão parlamentar, incluindo a investigação a estados e municípios.

Sem sucesso na ofensiva, e com o risco de não vingar tentativa de se criar uma CPI alternativa, o presidente começou a montar uma tropa de choque que defenda a gestão federal e faça um contraponto à oposição na comissão de inquérito.

Segundo assessores palacianos, Bolsonaro já conta com o apoio do senador Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do PP e um dos principais dirigentes do bloco do centrão, que aderiu no ano passado à base aliada.

O presidente também pretende emplacar na comissão parlamentar outros três nomes que têm defendido a tese da necessidade de se ampliar a investigação para estados e municípios: Eduardo Girão (Podemos-CE), Izalci Lucas (PSDB-DF) e Soraya Thronicke (PSL-MS).

A escalação dos integrantes é importante porque, hoje, a tendência é de que o colegiado seja majoritariamente formado por nomes da oposição a Bolsonaro, como dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL).

O governo teme que a investigação sobre a condução do combate ao coronavírus pelo Executivo desgaste ainda mais o presidente, leve a uma queda de popularidade e até mesmo que ele possa responder por crimes.

Apesar de existir a possibilidade de que o STF (Supremo Tribunal Federal) permita na quarta (14) que a CPI só inicie seus trabalhos quando o Senado voltar a realizar reuniões presenciais, a ordem de Bolsonaro é para que o governo se antecipe na estratégia de reação.

Além da formação de uma tropa de choque, o Palácio do Planalto pretende já municiar senadores governistas com indicadores e realizações que mostrem que a gestão federal atuou na distribuição de vacinas e suprimentos pelo país.

A ideia é que o material, uma espécie de apostila de prestação de contas da pandemia do coronavírus, seja preparado em conjunto pelos ministros da Saúde, Marcelo Queiroga, e das Comunicações, Fábio Faria.

Além disso, para evitar surpresas indesejáveis, integrantes da articulação política do Palácio do Planalto defendem que, até o início dos trabalhos da comissão, seja promovida uma análise prévia nos contratos principais da Saúde para afastar indícios de irregularidades.

Um assessor da pasta lembra que, durante comissões de inquérito, é comum que **servidores públicos** que ingressaram em governos passados repassem cópias de contratos para deputados de oposição que possam prejudicar a atual gestão.

Nesta segunda-feira, assessores palacianos avaliaram que o vazamento feito pelo senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) de conversa com Bolsonaro teve tanto um efeito negativo como um positivo.

Para eles, a defesa do presidente para se aumentar o escopo da CPI acabou mobilizando a tropa do governo.

Após a declaração do presidente, senadores até mesmo de partidos que não são afinados com o governo passaram a pregar a necessidade de que a investigação também inclua governadores e prefeitos, não se concentrando apenas na União.

Por outro lado, a sugestão de Bolsonaro para que Kajuru entre com pedido de impeachment contra ministros do STF criou um novo mal-estar entre Executivo e Judiciário, no momento em que o STF definirá em plenário se respalda decisão do ministro Luís Roberto Barroso de criação da CPI.

Para integrantes da equipe ministerial, esse episódio não poderia ter ocorrido em pior momento.

Na última troca de ministros, no final do mês passado, Bolsonaro demitiu o único integrante do governo que tinha uma boa interlocução com o STF: o general Fernando Azevedo, ex-titular da Defesa.

Ex-assessor do ministro Dias Toffoli, o militar da reserva era escalado por Bolsonaro sempre que a relação entre o Supremo e o Planalto enfrentava turbulências, sobretudo por causa de declarações desastradas ou hostis do presidente.

A demissão de Azevedo provocou a maior crise militar já vista desde a rede-mocratização, com a saída também dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O general da reserva Walter Braga Netto (antes na Casa Civil) acabou nomeado ao cargo de ministro da Defesa, com parte expressiva das Forças Armadas insatisfeita com a conduta de Bolsonaro na pandemia da Covid.

Após o vazamento de uma parte da conversa do final de semana entre Bolsonaro e Kajuru, deputados aliados do presidente dizem que, em um primeiro momento, ele não se incomodou. No entanto, se irritou com a exposição do trecho no qual se referiu ao impeachment de ministros do STF.

No fim de semana, segundo relatos feitos à Folha, o presidente também reconheceu deficiências na articulação política do Palácio do Planalto com o Senado. Por isso que o presidente decidiu assumir as tratativas com senadores.

A avaliação no governo federal é de que foi um erro não ter contemplado o Senado nas últimas mudanças ministeriais.

Hoje, a Esplanada dos Ministérios não tem um ministro que seja senador, enquanto deputados federais comandam cinco pastas.

No último anúncio, Bolsonaro chegou a cogitar a nomeação do líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-SE), mas acabou optando pela indicação da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Diante do fracasso do governo em não conseguir nem mesmo inviabilizar uma CPI, a avaliação é que se tomou indispensável que, em um futuro próximo, o Senado seja contemplado com um cargo ministerial.

As hipóteses em análise pelo presidente para contemplar a Casa são Desenvolvimento Regional e Agricultura. E os nomes favoritos para ocupar uma das pastas são os dos senadores Eduardo Gomes (MDB)

e Jorginho Mello (PL).

Nomes que o governo pretende emplacar em uma CPI da Covid

Ciro Nogueira (PP-PI; foto)

Eduardo Girão (Podemos-CE)

Izalci Lucas (PSDB-DF)

Soraya Thronicke (PSL-MS)

A tendência é que o colegiado seja majoritariamente formado por nomes da oposição; entre eles:

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Renan Calheiros (MDB-AL)

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49495>**

# Reforma administrativa inquieta servidores públicos (2)

**Durval Ramos Neto**

Noticias de reduções salariais de ativos em 25% e de proventos de aposentadorias colocam **servidores públicos** em alvoroço. Milhões sobrevivem de cargos, empregos ou funções que obtiveram na lei por concursos públicos, ou laços de parentescos, (nepotismo), indicações político-partidárias (aparelhamento), afilhadismos e tantos outros meios não permitidos pelo art. 37 da Constituição Federal (CF).

Esta é a realidade histórica do País. Corrigir distorções sem prejudicar a inúmeras famílias que assim se sustentam, há anos, fixando-se no interior, ou na capital, sem que possam, oriundas da escola pública falida, ter acesso a cargos públicos mediante aprovações em concursos de provas e títulos, é o desafio.

A situação é tão grave que apesar de a CF considerar improbidade administrativa a desobediência ao seu art. 37 (§ 2º), órgãos de assessoramento jurídico e de controle externo da Administração analisam o tema com cautela. De outra parte, como nos órgãos públicos a maioria absoluta dos servidores é de não efetivos, haveria riscos de virtual paralisação de serviço caso medida saneadora fosse adotada abruptamente.

Mesmo sem aprovações em concursos, alguns servidores originariamente ocupantes de cargos demissíveis, como os em comissão, podem ter sido efetivados a partir de dispositivos legais elaborados com este objetivo. Os famigerados Redas - regime especial de direito administrativo - criados para situações excepcionais de emergência, viraram regra.

Há ainda os terceirizados. Empregados de empresas prestadoras de serviços, preferidos aos recrutados democraticamente por concursos.

Servidores efetivos e estáveis, aprovados em concursos de provas e títulos ou mesmo aqueles que não o foram mas resultaram efetivados por algum dispositivo legal não desconstituído a seu tempo, podem ficar tranquilos. Os arts. 5º XXXVI e 60, § 4º da CF protegem, como garantias individuais, não apenas o direito adquirido como o ato jurídico perfeito, disposições estas de alterações impossíveis por

emendas constitucionais.

Conquanto os "penduricalhos" existam desde priscas eras, tanto não pode justificar a sua institucionalização como regra jurídica carente de constitucionalidade. Num país de tradição autoritária, o desrespeito à Constituição tem sido recorrente, acusação frequentemente dirigida ao seu próprio guardião, o Supremo Tribunal Federal, STF. Por causa disto o pranteado Jurista baiano Calmon de Passos, em momentos de santa irreverência e justa emoção, costumava dar à Carta Magna adjetivação impublicável. Acreditamos que nestes casos, se acionado, o STF fará valerem as garantias constitucionais individuais.

Durval Ramos Neto, Jornalista, advogado, escritor, procurador do estado aposentado, ex-presidente da OAB-BA

[durval@ramosnetoneimann.com](mailto:durval@ramosnetoneimann.com)

Site: <http://edicaodigital.atarde.uol.com.br/>

# Juristas veem crimes de responsabilidade

O presidente Jair Bolsonaro cometeu crime de responsabilidade duas vezes nesse fim de semana, na avaliação do jurista Antônio Rodrigo Machado. Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Antônio Rodrigo diz que o presidente estaria sujeito a um processo de impeachment por ter conspirado com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e ao causar aglomeração e cumprimentar pessoas sem máscara durante visita à região de São Sebastião, no Distrito Federal, no último sábado (10). Como mostrou o **Congresso em Foco**, Bolsonaro já é alvo de mais de 100 pedidos de impeachment na Câmara, que dormitam nas gavetas do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), seu aliado político.

"Primeiro o presidente tenta se utilizar de contato com o senador para constranger o STF em razão da decisão do ministro Barroso para dar ordem para que o presidente do Senado pudesse encaminhar a CPI. Ao fazer o pedido de retaliação ao STF, com a instauração de impeachment contra ministro do STF, ele constranger ministros da suprema corte em razão do exercício de suas funções", diz o ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal. "Atentar contra as instituições da República, no caso, o funcionamento do Judiciário, é crime de responsabilidade", explica o jurista.

# "Não desequilibrar câmbio desvalorizado e juro baixo é desafio"

**Simone Cavalcanti**

Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do BNDES e atual diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados do Banco Safra, diz que o desafio do governo consiste em não desequilibrar o que chamou de a maior inovação econômica desta gestão: câmbio desvalorizado e juros baixos, apoiados por certa disciplina fiscal. Segundo ele, é uma receita que "não é nem de esquerda nem de direita e que, se mantida por alguns anos sem exageros, tende a aumentar a competitividade do País e gerar crescimento".

Na avaliação de Levy, a **reforma tributária** deveria entrar como prioridade agora na pauta, não apenas porque o Brasil precisa de uma simplificação do sistema de **tributos**, mas como um atrator de investimentos que pode impulsionar a retomada da economia. A seguir, os principais trechos da entrevista.

I O FMI aponta perspectivas mais pessimistas para a economia brasileira, bem como para a relação da dívida pública com o **PIB**. Quais os caminhos para reverter esse cenário negativo?

O foco imediato continua na vacina e na organização da vida urbana, ou seja, isolamento social com máxima proteção das pessoas e preservação da atividade econômica essencial.

Vencida a estabilização da saúde, teremos de nos organizar para o esforço de recuperar o ano e meio de restrição às aulas.

Apesar de a educação fundamental ser responsabilidade dos municípios, isso tem de ser uma campanha nacional, idealmente com muito apoio do setor privado. E tem de haver também um atendimento urgente no nível médio, que é um período crucial da vida do jovem. Com isso acertado, ficará mais fácil lidar com as expectativas fiscais e a economia vai respirar, talvez com certo apoio do Banco Central por mais uns trimestres.

I Diferentemente de 2020, a crise sanitária e econômica no País recrudescer enquanto o Banco Central inicia um novo ciclo de aperto monetário. Na avaliação do sr., quais as consequências desse

processo do ponto de vista de recuperação econômica?

O Banco Central tem sido claro no sentido de que ele procura por enquanto uma normalização parcial da política monetária.

Com a aceleração da **inflação**, a Selic passou a ser negativa em termos reais, o que não era a proposta do BC em agosto passado. Então, ele tem dito que quer fazer mais agora para poder fazer menos no todo.

Isso é importante, porque certamente a maior parte do impulso econômico que herdamos do ano passado, e que era evidente na virada do ano, se dissipou, e a atividade econômica no segundo semestre ainda é incerta. Para isso contribuíram a **inflação**, o recrudescimento da pandemia e alguns **soluços** na definição das despesas públicas em 2021. O aumento da Selic em maio já está anunciado, fazendo de junho um bom momento para o BC avaliar se é hora de continuar apertando ou se o freio fiscal e o impacto da pandemia no segundo trimestre indicam uma pausa no aperto, com atenção especial no apoio ao crédito.

I Considerando os riscos locais (como ano eleitoral à frente), aliado à tendência internacional de fortalecimento do dólar, qual o cenário que se vislumbra?

O financiamento da economia americana, incluindo o déficit público e o esperado aumento de investimentos privados, vai mobilizar a poupança internacional.

O BC está atento a isso e entende o risco de termos uma **inflação** importada pela combinação de câmbio desvalorizado e preço de commodities.

O preço internacional do petróleo e dos grãos desaceleraram nas últimas semanas, dando uma pequena trégua na **inflação**, mas resta o desafio de como não desequilibrar a maior inovação econômica do atual governo, que foi câmbio desvalorizado e juros baixos, apoiados por certa disciplina fiscal. Essa é uma receita que não é nem de esquerda nem de direita e que, se mantida por alguns anos, sem exageros, tende a aumentar a competitividade do País e gerar crescimento, inclusive da indústria, ainda que com algum sacrifício do consumo das famílias.

I O descrédito atual no exterior é visível, com o Brasil na lanterna dos pares na atração de investimentos.

No ano passado, nem mesmo a China investiu aqui...

O BC fez recentemente uma análise do investimento estrangeiro no Brasil, sublinhando que esse investimento caiu na maior parte dos países em 2020. Eu creio que a simplificação tributária pode nos ajudar muito a aumentar esse investimento.

I Nesse sentido, o sr. colocaria a **reforma tributária** na lista das prioridades agora?

Sim. A **reforma tributária** seria minha prioridade. É ótimo a **reforma administrativa** ser discutida, mas talvez ela precise amadurecer, para não se restringir à flexibilização da contratação sem concurso, criação e extinção de órgãos ou acabar com privilégios.

Pontos de vista

"Foco imediato continua na vacina e na organização da vida urbana."

"**Reforma tributária** seria minha prioridade."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



## A reforma tributária dos EUA (2)

**BERNARD APPY**

O governo dos Estados Unidos anunciou recentemente uma proposta de mudança no sistema tributário (Made in America Tax Plan), que visa, entre outros objetivos, arrecadar recursos para financiar um ambicioso programa de investimentos, cujo custo deve montar a US\$ 2 trilhões nos próximos dez anos.

A proposta de **reforma tributária** de Joe Biden chama a atenção por indicar duas importantes mudanças relativamente à postura do governo Trump: a) a reversão da tendência de redução da alíquota do Imposto de Renda corporativo; e b) uma maior disposição dos EUA em tratar de forma multilateral as questões tributárias.

São mudanças importantes que podem afetar a forma como o mundo vem tratando da tributação das corporações, mas cujo impacto ainda não é certo.

A seguir são descritas algumas das mudanças propostas.

A primeira é a elevação da alíquota federal do Imposto de Renda corporativo de 21% para 28%, revertendo parcialmente a redução da alíquota de 35% para 21% promovida pelo governo Trump.

Em segundo lugar, propõem-se alterações relevantes em um dispositivo introduzido pela **reforma tributária** de 2017 - o global intangible low-tax income (Gilti). Em seu formato atual, o Gilti prevê a tributação, nos EUA, à alíquota de 10,5%, da renda originária de ativos intangíveis auferida no exterior pelas subsidiárias de empresas norte-americanas, isentando-se a renda correspondente a 10% do valor dos ativos tangíveis detidos no exterior.

Pela proposta de Biden, a isenção para a renda dos ativos tangíveis seria revogada e a alíquota do Gilti elevada para 21%. A aplicação do Gilti passaria a ser feita país a país, e não de forma consolidada como é feito hoje.

A terceira mudança é a introdução de um imposto mínimo de 15% sobre o lucro contábil das corporações, visando a alcançar a renda de empresas cujo lucro fiscal é muito inferior ao lucro contábil.

Por fim, há duas mudanças que visam a induzir a adoção, em nível mundial, de uma alíquota mínima do Imposto de Renda corporativo. A primeira é a

sinalização de que os EUA vão colaborar com os demais países da OCDE na introdução da alíquota mínima. A segunda é a vedação à dedução, no cálculo do imposto, de pagamentos feitos por empresas dos EUA a partes relacionadas localizadas em países cuja alíquota seja inferior à mínima.

As mudanças propostas têm dois objetivos. Um deles é aumentar a participação da tributação da renda corporativa no total da receita tributária dos EUA. Segundo a nota que descreve as propostas, com a reforma de 2017 a receita do Imposto de Renda corporativo teria caído do nível histórico de 2% do **PIB** (já inferior à média dos demais países da OCDE, que é de 3% do **PIB**) para apenas 1% do **PIB**. A nota também menciona que o objetivo é reverter a tendência histórica de redução da tributação da renda do capital relativamente à renda do trabalho.

O segundo objetivo é induzir a adoção de uma alíquota mínima internacional sobre a renda corporativa, desestimulando a competição tributária entre países.

A proposta sinaliza mudanças relevantes ante a tendência mundial, que vem desde os anos 1980, de redução descoordenada da tributação sobre a renda corporativa. No entanto, ainda não está claro se a iniciativa alcançará esses objetivos.

Apesar do apoio à alíquota mínima internacional, a proposta dos EUA se baseia predominantemente em dispositivos da legislação doméstica que não existem em outros países, o que dificulta a coordenação internacional.

Em particular, a mudança no Gilti aumenta a tributação nos EUA das Big Techs norte-americanas, dificultando a distribuição do imposto sobre os lucros dessas empresas entre os países, proporcionalmente a suas vendas, que é uma demanda dos demais membros da OCDE.

Ou seja, a reforma proposta pelos EUA traz sinalizações importantes e que vão na direção correta, mas talvez ainda esteja aquém do necessário para uma mudança mais efetiva da tributação mundial do lucro das grandes corporações.

Mudanças visam a arrecadar recursos para o programa de investimentos do governo de Joe Biden

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reformas voltam para a gaveta - BRASÍLIA - DF

**DENISE ROTHENBURG**

Quando os Poderes se desentendem, as primeiras vítimas são as votações de temas importantes e polêmicos. Nesse sentido, vários deputados que convivem diariamente com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm dito que as reformas administrativa e tributária, apresentadas como prioritárias, já estão comprometidas, e a tendência, diante do recrudescimento da pandemia e das dificuldades de acordo no Orçamento, é que não sejam votadas este ano.

Em conversas reservadas, os deputados reclamam que o presidente Jair Bolsonaro não fez um só gesto em prol das reformas no último mês. Na conversa com o senador Jorge Kajuru, por exemplo, se mostrou mais interessado no impeachment de ministros do Supremo do que em puxar conversa sobre os projetos que vão ajudar o país a sair do atoleiro econômico no pós-pandemia. Nesse clima de confronto, nada sairá do papel.

Novo pedido de impeachment contra Bolsonaro

Depois da edição da nota em que pede que o senador Jorge Kajuru (GO) se desligue do partido, o presidente do Cidadania, Roberto Freire, deflagrou conversas com presidentes de outras legendas para apresentação de um novo pedido de impeachment contra Jair Bolsonaro. O foco agora está no fato de o presidente da República ter estimulado um senador a investir contra um ministro de outro Poder.

Funil contra Randolfe e Alessandro

Ao propor que só senadores já vacinados contra a covid-19 possam participar da CPI, o líder do governo, Eduardo Gomes, tenta tirar do colegiado os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), 48 anos, e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), 46. Nenhum dos dois está vacinado contra a covid e, pelo andar da carruagem, a imunização deles ainda vai demorar.

Zero para você no partido

Kajuru, ao pedir a Jair Bolsonaro que o separe daqueles que criticam o presidente da República, passou a ideia de subserviência ao Planalto, inclusive no que se refere aos pedidos de impeachment de

ministros do STF, contra quem Bolsonaro e seu exército investem desde o início do governo. Pelo menos na visão da cúpula do Cidadania. Ao ouvir um "dez para você" de Bolsonaro, Kajuru levou um zero da legenda.

Endosso

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) encaminhou uma carta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em que apoia a reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), um Refis para as empresas atingidas pela pandemia do novo coronavírus.

Com ressalva

O Instituto, no entanto, faz um alerta aos parlamentares: é preciso evitar que o refinanciamento de dívidas tributárias beneficie os devedores contumazes, aqueles que estruturam negócios para sonegar **impostos**. Por isso, sugere que contribuintes excluídos de dois ou mais parcelamentos não tenham direito a mais esse benefício.

CURTIDAS

O erro deles/ A avaliação dos políticos é de que o governo do presidente Jair Bolsonaro falhou no seu primeiro grande teste de coordenação política depois da eleição de Arthur Lira (PP-AL) para presidente da Câmara. No caso, o diálogo para a elaboração de um Orçamento exequível.

Maia inocentado/ Do lado da política, a avaliação dos deputados, hoje, é de que o problema do governo não era o deputado Rodrigo Maia (foto), do DEM-RJ. E, sim, a coordenação política do Planalto.

Quem vem lá/ Os três senadores do Amazonas, Eduardo Braga (MDB), Omar Aziz (PSB) e Plínio Valério (PSDB), terão cadeira cativa entre os titulares da CPI da Covid. É que a falta de oxigênio no estado e o colapso total no sistema de saúde estão no fato determinado a ser apurado pela comissão.

Por falar em MDB.../ A briga está grande, porque os líderes do governo, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra Coelho, ambos do MDB, também querem

participar do colegiado com poder de voto. E, a contar pela disposição do líder da bancada, Eduardo Braga, não vão sobrar vagas para que eles possam votar. E quem pediu primeiro para integrar o colegiado foi o senador Renan Calheiros (AL).

# Gestão Bolsonaro mantém verbas a faculdades suspeitas de fraudes no Fies

**Paulo Saldana**

Um esquema de fraudes no Fies (Financiamento Estudantil), que pode chegar a R\$ 1 bilhão, foi descoberto no fim do ano passado, mas até agora o governo Jair Bolsonaro não alterou o sistema vulnerável a irregularidades. Além disso, instituições flagradas pelo próprio governo continuaram a receber recursos do programa.

No mês de novembro, funcionários do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) descobriram que ao menos um servidor do órgão alterava os cadastros do Fies para liberar pagamentos irregulares. Liminares aleatórias ou vencidas eram incluídas no sistema para autorizar repasses a universidades que não tinham certidões negativas de débitos de **impostos**.

Empresas sem essas certidões têm conseguido receber recursos com base em decisões judiciais. Mas a manobra ilegal enganava o sistema ao cadastrar documentos inválidos.

Dessa forma, grupos educacionais receberam de forma irregular recursos por meio das recompras de títulos do Tesouro, usados para a remuneração no programa. No Fies, o aluno contrai o financiamento, e o governo federal paga as mensalidades em instituições particulares.

O FNDE é ligado ao MEC (Ministério da Educação).

Irregularidades ocorreram durante o governo Jair Bolsonaro, mas há suspeitas de que o esquema exista desde o ano de 2014. As investigações apontam para participação de advogados na intermediação, com pagamento de percentuais aos envolvidos.

A União desembolsou, de 2014 ao ano passado, R\$ 60 bilhões com recompras de títulos no Fies.

As intervenções criminosas identificadas eram operadas pelo agora ex-servidor do FNDE Flavio Carlos Pereira. No órgão desde 2012, Pereira era uma referência sobre o Fies tanto dentro da autarquia quanto para as empresas do setor -ele foi exonerado no fim de novembro.

Foram identificadas irregularidades em 22

mantenedoras, que controlam 34 instituições de ensino. Essas operações somavam, em novembro passado, R\$ 5,4 milhões, e foram canceladas na ocasião.

As lideranças no FNDE e MEC, no entanto, trabalharam para abafar o caso, apesar de insistentes avisos dos servidores à frente da apuração, segundo documentos obtidos pela Folha. Em 23 de novembro, um funcionário chegou a relatar que seu computador e sua mesa no FNDE foram devassadas.

Arquivos de pendrives foram apagados. Imagens do circuito interno foram solitamente citadas e nunca disponibilizadas pela chefia do FNDE. Também há relatos de tentativa de recompra forçada por meio de outro sistema.

O MEC só reagiu publicamente após publicação sobre o assunto pela revista Veja, em fevereiro. Nota da pasta ressalta que a CGU (Controladoria-Geral da União) e a Polícia Federal foram acionadas e que a investigação começou por iniciativa própria.

Internamente, as medidas tomadas pelo MEC foram precárias, segundo relatos de servidores à Folha. O sistema para a liberação das recompras continua o mesmo, e a análise de liminares válidas, por exemplo, é manual. Mais de 500 mantenedoras recebem dinheiro com as recompras mensalmente.

O FNDE é controlado por indicações do centrão. O presidente, Marcelo Lopes da Ponte, é da cota do PP

Das 22 mantenedoras identificadas na fraude em novembro, dez receberam recursos no mês seguinte, da ordem de R\$ 5,3 milhões, segundo os dados mais recentes do FNDE.

Seis das 22 mantenedoras pertencem ao mesmo grupo, de propriedade do empresário Wellington Guimarães, do grupo Brasília Educacional. Ele controla faculdades em vários estados, como a Faculdade Uni Brasília, e duas delas receberam recursos em dezembro, no valor de R\$ 170 mil.

Em nota, o empresário defende que tudo foi legal e que nunca fez contatos com Flavio Carlos Pereira. Segundo ele, o grupo não foi intimado por qualquer órgão do governo para prestar esclarecimentos.

Também fazem parte do grupo suspeito a mantenedora da Unisa (Universidade de Santo Amaro), de São Paulo. A instituição era controlada pelo empresário Antonio Veronezi, aliado do ex-ministro Abraham Weintraub e que, segundo a Folha revelou em 2019, conseguiu aprovação atípica de um doutorado na instituição. Veronezi faleceu em janeiro de Covid-19. Na ocasião, foi homenageado pelo atual ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro.

A Unisa foi procurada, mas não houve resposta. Também procurados, o MEC e o FNDE não retornaram. A CGU informou que a apuração está em curso, e a Polícia Federal não deu detalhes.

O advogado Fernando Dantas, mestre em direito público, afirma que a continuidade dos pagamentos vai contra a obrigação do governo de zelar pelo recurso público.

"É um ato de improbidade administrativa da parte de quem pratica no poder público, e também daquele que vai receber o crédito", diz. "Chama a atenção que o controle de decisões liminares não é automatizado com outros registros, e fica sujeito à interferência humana."

A funcionária do FNDE que liderou as investigações no órgão, Renata Mesquita D Aguiar, foi exonerada em 5 de março, dois dias após ter seu nome e do marido envolvidos numa operação que investigou superfaturamento na venda de testes da Covid-19.

Aguiar chegou à diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios do FNDE com o grupo que hoje controla o órgão. À Folha funcionários do FNDE estranharam a rapidez de sua saída, o que não seguiria a benevolência de integrantes do centrão com investigações que atingem correligionários.

Foi a partir da iniciativa dela que o caso chegou à CGU e à Polícia Federal, e não pelas lideranças de FNDE e MEC. Procurada, Renata Mesquita D'Aguiar não quis se pronunciar.

O novo diretor da área, Gustavo Lopes de Souza, é uma indicação do PR. Ele foi nomeado no fim de março.

Também questionada, a equipe do ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante (PT), que comandou o MEC no governo Dilma Rousseff, afirmou que não conhece nem indicou o servidor suspeito e que "não consta que as suspeitas de fraudes ou indícios de irregularidades tenham relação com suas gestões".

"As gestões do ministro Mercadante sempre foram

auditadas e aprovadas pelos órgãos de controle", afirma a nota, que defende apuração rigorosa dos fatos.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Braga Netto repete crítica a Barroso

**Fabio Murakawa e Matheus Schuch**

O ministro da Defesa, general Braga Netto, disse ontem que o país vive uma instabilidade que exige "coragem moral" dos homens públicos e respeito a limites impostos pela Constituição. Ao discursar na cerimônia de posse do novo comandante da Força Aérea, repetiu o termo utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro ao atacar o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ter determinado a abertura da CPI da Pandemia no Senado.

A fala do ministro ocorreu horas depois de Bolsonaro ter se queixado do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) por haver divulgado um diálogo entre ambos em que o presidente pede que a CPI investigue Estados e municípios e encorajá-lo a atuar para acelerar a abertura de processos de impeachment contra ministros do STF.

Braga Netto assumiu a Defesa em meio a desconfianças sobre politização das Forças Armadas. Ele foi desfocado da Casa Civil para a Defesa após queixas de Bolsonaro de que o antigo titular da pasta, Fernando Azevedo, não fazia uma defesa política do presidente.

"O momento exige de todos e as cizânias geram instabilidades", disse Braga Netto, na posse do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior no comando da Aeronáutica. "Os homens públicos devem ter coragem moral, compreendendo os papéis institucionais e constitucionais de todos os envolvidos para que as ações tenham sinergia e os resultados sejam efetivos."

Na sexta-feira, ao comentar a decisão de Barroso, Bolsonaro disse faltar ao ministro "coragem moral" e sobrar "ativismo judicial".

Braga Netto afirmou que as Forças Armadas honrarão "sempre os propósitos de liberdade, democracia, independência e harmonia entre os Poderes e as expectativas do povo brasileiro".

Em linha com Bolsonaro, que acompanhou a cerimônia sem discursar, o ministro exaltou o repasse de mais de R\$ 700 bilhões para apoio a Estados e municípios para viabilizar o auxílio emergencial. E cobrou fiscalização sobre aplicação dos recursos.

Bolsonaro quer a inclusão de governadores e prefeitos

em eventuais apurações sobre a gestão da pandemia, a fim de diminuir a pressão da CPI sobre o Planalto.

"O uso destes recursos pelos gestores de todas as instâncias deve ser acompanhado de perto pela população e sofrer apuração mais rigorosa para constatar os reais benefícios diretos para a sociedade", disse Braga Netto.

Mais cedo, ao comentar a divulgação do áudio por Kajuru, Bolsonaro disse que o parlamentar só poderia ter sido gravado pelo senador com autorização.

"Eu fui gravado em uma conversa telefônica, a que ponto chegamos no Brasil. Gravado", disse a um fã no Palácio da Alvorada. "Não é vazar. É te gravar. A gravação é só com autorização judicial. Agora, gravar o presidente e divulgar..." Bolsonaro reclamou ainda que a CPI é "completamente direcionada contra a minha pessoa" e pediu que o alvo das investigações seja ampliado. "Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai vir só para cima de mim", afirmou o presidente. "O que tem que fazer para ser uma CPI que realmente seja útil para o Brasil? Mudar a amplitude dela. Bota governadores e prefeitos."

Fontes do Palácio do Planalto com quem o Valor conversou ontem admitiam que pairava a dúvida sobre se a divulgação do áudio foi ou não combinada entre Bolsonaro e Kajuru. Mas esses interlocutores do governo afirmaram à reportagem que, por via das dúvidas, não mais conversariam ao telefone com o senador. "Para falar com ele [Kajuru] agora, só se for na sauna, como os romanos faziam", disse uma fonte.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Lasso terá de fomentar a economia em meio a aperto fiscal no Equador

**Marsílea Gombata**

Guillermo Lasso, ex-banqueiro de 65 anos, será o presidente do Equador pelos próximos quatro anos em um mandato marcado por limitações. Terá como desafio estimular a economia que já estava em dificuldades antes mesmo da pandemia, ao mesmo tempo em que terá uma estreita margem de manobra frente às metas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na campanha, Lasso disse que cortaria **impostos** das empresas e traria mais investimento. Mas economistas preveem que não será fácil.

Lasso venceu o segundo turno da eleição, no domingo, derrotando o esquerdista Andrés Arauz, com mais de 52% dos votos. Pró-negócios, o ex-banqueiro deve dar continuidade a políticas de estabilização macroeconômicas, iniciadas pelo presidente Lenín Moreno, e tentar um choque de confiança para atrair capital estrangeiro.

"O governo terá a difícil tarefa de impulsionar o crescimento e, ao mesmo tempo, se manter austero para reduzir o risco de uma crise da dívida", afirma Nikhil Sanghani, da consultoria Capital Economics.

A economia equatoriana vem de um crescimento baixo antes mesmo da pandemia-em 2019, o **PIB** do país não cresceu. Em 2020, teve contração de 7,5% e neste ano deve crescer 2,5%. As possibilidades para acelerar isso são poucas.

Com a economia dolarizada, o Equador não tem ferramentas de política monetária para estimular a atividade. Por outro lado, precisa entregar as metas de austeridade exigidas pelo FMI, com quem tem um acordo Extended Fund Facility (EFF) de US\$ 6,5 bilhões. Dentre elas estão cortes de gastos discricionários equivalentes a 1,3% do **PIB** e uma **reforma tributária** (incluindo o aumento do IVA, o imposto sobre consumo) que gere arrecadação adicional de 2,5% do **PIB** até o fim do ano.

Além disso, o país começa a pagar ainda neste ano juros da dívida externa de US\$ 17,4 bilhões com credores privados. As partes chegaram a um acordo de reestruturação em agosto do ano passado.

"Lasso vai caminhar sobre uma corda bamba. Terá de reativar a economia e manter equilíbrio fiscal e das

contas externas", afirma Marcos Casarin, da consultoria Oxford Economics, ao lembrar que as exportações são hoje a principal fonte de dólares do país.

Casarin diz, contudo, que Lasso tem duas vantagens. Uma é boa parte da austeridade ter sido implementada por Moreno. A outra é a perspectiva de alta do preço do petróleo, um dos principais produtos de exportação do Equador.

Para Fernando Jorge Díaz, do banco Citi, o grande desafio de Lasso será fazer com que o objetivo de crescimento e as metas de austeridade não se tornem contraditórios. "Se buscar atingir os objetivos do Fundo com pouca credibilidade, há risco de a economia não crescer. Mas se fomentar políticas pró-crescimento e capital estrangeiro, com regras claras, logo o ajuste fiscal se torna crível e capaz de gerar um ciclo virtuoso", diz.

Díaz afirma que transmitir credibilidade em termos de consolidação fiscal é chave para que o mercado perceba que isso é prioridade para o seu governo. Ele lembra que a Argentina do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019) demorou para transmitir isso e gerou desconfiança no mercado.

Além do ajuste, afirma, parte da credibilidade de Lasso virá de reformas estruturais como a tributária, a trabalhista e a que dá maior autonomia ao Banco Central, que deixaria de assistir ao Tesouro.

Na campanha, Lasso defendeu otimizar o sistema tributário do Equador, com corte de **impostos** para que empresas equatorianas e estrangeiras invistam mais no país e criem mais empregos. Quer buscar ainda novas parcerias com empresas para projetos petrolíferos.

"Lasso quer atrair mais investimento e dobrar a produção petrolífera (hoje em 540 mil barris/dia), mas isso não virá tão rapidamente", diz Claudia Navas, da consultoria Control Risks. "Na prática, ele será mais moderado do que mostra pois será obrigado a negociar."

Na Assembleia Nacional, o Creó, movimento político de Lasso, e aliados terão 31 dos 137 assentos do Legislativo. O Centro Democrático, ligado ao ex-

presidente Rafael Corrêa (2007-2017) será a maior força, com 51 parlamentares.

Saiba quem é Guillermo Lasso, o banqueiro que vai presidir o país Ex-CEO da Coca-Cola e um dos acionistas do Banco Guayaquil, Lasso é um homem de negócios. Analistas o veem como um político cuja plataforma é essencialmente pró-empresas, que são tidas para ele como fontes de investimento e motor de crescimento.

Lasso começou a trabalhar na Bolsa de Valores em Guayaquil aos 15 anos. Trabalhou por mais de 20 anos no Banco Guayaquil e no início dos anos 1990 chegou a liderar a Associação de Bancos Privados do Equador, segundo a BBC.

"Ele é o cara do mercado", afirma Marcos Casarin, da consultoria Oxford Economics.

Em 1999 foi nomeado ministro da Economia. Desentendimentos com o então presidente Jamil Mahuad (1998-2000) o levaram a renunciar um mês depois. Em 2013 disputou a eleição presidencial com o movimento político de centro-direita Criando Oportunidades (Creo) e foi derrotado pelo ex-presidente Rafael Corrêa. Em 2017 voltou a disputar a Presidência, mas perdeu a disputa para o presidente Lenín Moreno.

"Lasso é um homem de negócios e sua posição política sempre foi pró-empresariado. Um dos principais temas de sua agenda sempre foi sobre taxação", diz Claudia Navas, da consultoria Control Risks. Ela lembra que sua bancada na Assembleia Nacional sempre votou contra aumento de **impostos** ou qualquer medida que afetasse negativamente os empresários.

Para Fernando Jorge Díaz, do banco Citi, Lasso é alguém que entende o papel da iniciativa privada no crescimento da economia e que também tem clara a importância de se manter equilíbrio macroeconômico.

"Isso o fará a buscar o reequilíbrio da economia", diz, ao prever certa continuidade em relação ao governo de Moreno. "A grande pergunta é se, além disso, haverá um choque positivo para impulsionar investimento, o que não houve na gestão atual."

Nos costumes, Lasso é conservador. Defende ideias da Opus Dei e é contrário ao aborto, inclusive em casos de estupro.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# STF autoriza STJ a acessar mais conversas da Lava Jato

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem o acesso do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ministro Humberto Martins às mensagens da Operação Spoofing levadas à Corte desde o início de março pela defesa do ex-presidente Lula (PT). A decisão, no entanto, restringe o uso das conversas no inquérito conduzido por Martins contra integrantes da força-tarefa da Lava Jato até o STF decidir sobre o rumo da investigação.

O inquérito foi suspenso no último dia 30 por liminar da ministra Rosa Weber, que deverá ser discutida pelo Supremo. Na ocasião, os procuradores reforçaram à ministra o risco de Martins autorizar diligências contra a força-tarefa com base em mensagens obtidas por meios ilícitos.

Ao liberar acesso aos diálogos, Lewandowski ressalta que o pedido de Humberto Martins foi feito ao STF antes de Rosa suspender o inquérito e, por isso, ainda poderia ser analisado.

"Considerando que o mencionado ofício foi expedido às 15h37 do dia 30 de março de 2021, ou seja, antes da liminar deferida às 22h55 da mesma data pela ministra Rosa Weber, mediante a qual suspendeu o inquérito que tramita naquela Corte para apurar supostos constrangimentos **impostos** a seus integrantes por membros da Operação Lava Jato, e tendo em conta ainda que, não apenas o presidente, como também os demais ministros têm legítimo interesse em conhecer o conteúdo das referidas mensagens, em especial aquele que lhes diga respeito diretamente, defiro o pedido", diz Lewandowski.

O ministro, porém, ressaltou que Martins só poderá fazer uso das mensagens no inquérito contra a Lava Jato "caso assim lhe seja facultado" pelo Supremo, que determinar se investigação deve ou não continuar. Ainda não há data para este julgamento.

Na mesma decisão, Lewandowski encaminhou a íntegra das mensagens públicas da Spoofing ao Corregedor-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis. Em fevereiro, o procurador-geral Augusto Aras encaminhou a ele um pedido do ministro Humberto Martins para abrir uma investigação contra a força-tarefa no "Conselhão do MP".

Cabe a Rinaldo Reis avaliar se há elementos suficientes no caso para justificar a abertura de um procedimento interno contra os procuradores. O inquérito do STJ contra a Lava Jato foi aberto de ofício (por iniciativa própria) pelo presidente da Corte, Humberto Martins, e mira suposta intenção da força-tarefa em investigar, sem autorização judicial, a movimentação bancária de ministros do tribunal.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

## Governo tenta manobrar

Em meio ao impasse sobre o Orçamento de 2021, o governo estuda saídas para não se indispor com o Congresso por eventuais vetos ao texto. Uma das opções cogitadas, nos últimos dias, pela equipe econômica, é a elaboração de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que autorize o Executivo a gastar mais do que é permitido pelo teto de gastos - norma que limita o crescimento da despesa pública à **inflação** do ano anterior -, com algumas demandas pontuais, sobretudo às que estão relacionadas ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

A estratégia pode ser utilizada para viabilizar novas rodadas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Os dois projetos foram instituídos pelo governo federal, no ano passado, para garantir empregos e evitar a falência ou o fechamento de empresas. De acordo com integrantes do Ministério da Economia, outras despesas com saúde que envolvam o combate à crise sanitária também podem ser incluídas na PEC.

O Executivo já reconhece a necessidade de retomar o Pronampe e o BEm, visto que a restrição ao funcionamento do comércio por parte de alguns estados e municípios, devido ao recrudescimento da pandemia, tem fechado postos de trabalho. A PEC, portanto, possibilitaria que deputados e senadores indicassem emendas parlamentares para bancar os dois programas e as demais demandas que o governo julgar necessárias para o atual momento do país.

Em 2020, a aplicação do Pronampe e do BEm só foi possível por conta do decreto de estado de calamidade pública, que permitiu ao governo federal aumentar o gasto público e descumprir metas fiscais. Estabelecer um novo decreto está fora de cogitação pela Economia. A pasta entende que a medida seria um "cheque em branco" para qualquer tipo de despesa fora do teto, o que seria muito perigoso para o futuro fiscal do país. (AF, JVT\*, ST) \* Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

# Com piora da pandemia, bancos traçam cenário mais pessimista para a economia

**Douglas Gavras** são paulo

Em meio ao aumento do número de mortes e de hospitalizações no Brasil por conta da Covid-19, os bancos já traçam um cenário mais pessimista para o desempenho do país e das contas públicas neste ano, com um risco maior de rompimento do teto de gastos.

O Itaú Unibanco, por exemplo, considera uma piora no déficit primário (sem contar o pagamento com os juros da dívida). Os economistas incluíram em suas contas um volume maior de despesas emergenciais além do teto de gastos. A avaliação é que, pela dinâmica atual da pandemia, pode haver mais uma flexibilização da regra que limita os gastos públicos.

"Tal cenário impactaria a já frágil sustentabilidade fiscal brasileira, aumentando o prêmio de risco doméstico, com efeitos negativos sobre juros, câmbio e atividade econômica em 2021 e, predominantemente, em 2022" resume a equipe da instituição, que revisou as estimativas de déficit primário de 2,5% do **PIB** para 2,8%, ou de R\$ 207 bilhões para R\$235 bilhões.

A revisão ocorre pois a perspectiva do banco é que os gastos emergenciais que não estão sujeitos ao teto devem crescer, alcançando R\$ 100 bilhões (ou 1,2% do **PIB**). Além dos gastos com o sistema de saúde, o aumento viria de programas de proteção ao emprego formal, como o Benefício Emergencial (BEm) e o Pronampe, de crédito para empresas.

"A dinâmica da pandemia ao longo dos últimos meses gerou uma pressão maior para que se repetissem os programas de crédito subsidiado. O risco é de uma flexibilização do teto", avalia Júlia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco. Ela ressalta que a instituição já vinha enfatizando que existe um temor não desprezível de maior flexibilização do teto de gastos à frente. "Vemos, no entanto, que o ritmo de vacinação tem aumentado, o que deve causar um alívio."

Ainda assim, o Itaú Unibanco pondera que o impacto econômico da segunda onda tem sido mais moderado do que o observado no segundo trimestre do ano passado. Por isso, o banco manteve a projeção de crescimento do **PIB** brasileiro em 3,8% para 2021. A deterioração das condições financeiras do país, no entanto, devem afetar o crescimento no ano seguinte.

Em um cenário extremo, o BTG Pactual, por sua vez, diz que, caso o gasto público aumente e ocorra uma forte alta do risco-país, a cotação do dólar poderia terminar o ano em R\$ 6,40. "O principal risco negativo para o cenário de câmbio é uma sinalização de deterioração adicional das contas públicas", afirmou o banco. No cenário-base previsto pelo BTG, a moeda norte-americana deve fechar o ano a R\$ 5,40 (R\$ 0,20 acima do que estava previsto antes).

Já o JPMorgan afirma que, caso as medidas de distanciamento fiquem mais frouxas nos próximos três meses, mesmo com o progresso da vacinação, poderá haver uma nova onda de Covid-19 no Brasil, com um número de casos próximo aos níveis da primeira onda da pandemia.

**SALDO da bolsa volta a ficar positivo com entrada DE ESTRANGEIROS**

O saldo da Bolsa de Valores brasileira voltou ao patamar positivo no início de abril com a entrada de estrangeiros, informou a B3 nesta segunda-feira (12). No acumulado do mês até o dia 8, a entrada de capital internacional está superavitária em R\$135,9 milhões. O volume de capital estrangeiro na Bolsa encerrara março déficit de R\$ 3,3 bilhões.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49495>

# Brasil despenca no ranking de renda per capita e deve cair mais

**Eduardo Cucolo** são paulo

O Brasil recuou no ranking global dos países com maior **PIB** per capita em 2020 e deve continuar a perder posições nos próximos anos, segundo projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional).

A queda do Brasil no ranking ocorre pelo menos desde 1980, quando o Brasil estava entre os 50 países com maior **PIB** per capita. Após uma década de crises econômicas, o país caiu para a 60ª posição em 1990. Dez anos depois, perdeu mais sete posições (67ª).

Na primeira década dos anos 2000, apesar do forte crescimento econômico, o país teve desempenho inferior à média mundial e perdeu mais 11 posições (78ª). As informações foram antecipadas pelo jornal Valor Econômico.

Em 2014, o Brasil registrou o valor mais alto de **PIB** per capita, pelo conceito que considera a paridade do poder de compra das moedas locais, de US\$ 15.800. Estava na 76ª posição global.

Após a recessão de 2014-2016, seguida de três anos de baixo crescimento e uma nova recessão em 2020, o Brasil ficou com a 85ª posição entre os cerca de 195 países para os quais há dados, com um **PIB** per capita de US\$ 14.916.

O valor é inferior ao de países da América Latina como Chile (US\$ 23.366), Argentina (US\$ 20.750) e México (US\$ 19.130), mas está à frente da Colômbia (US\$ 14.323). Está atrás da Rússia (US\$ 27.903), mas supera a Índia (US\$ 6.461).

As projeções do FMI são que o Brasil supere o patamar de 2014 em valores correntes somente em 2022, mantendo praticamente a mesma posição no ranking. Em 2026, último ano para o qual o Fundo fez estimativas, o país deve estar na posição 90.

Em termos de comparação, a China registrou crescimento do **PIB** per capita de 500% desde 2000, enquanto o Brasil teve expansão de 64%. O país asiático ultrapassou o Brasil em 2018. Até 2026, o crescimento esperado é de 26% para o indicador brasileiro e 57% para o chinês.

A paridade do poder de compra nivela as diferenças

nos custos de vida dos países para permitir comparações internacionais.

Pelo poder de paridade, o Brasil era em 2020 a oitava maior economia do planeta (com **PIB** de US\$ 3,15 trilhões), mesma posição ocupada no ranking de 2019. Estão à frente China, EUA, Índia, Japão, Alemanha, Rússia e Indonésia. Pelas projeções do FMI, a posição brasileira deve continuar a mesma até pelo menos 2026.

As disparidades geradas pela pandemia e a expectativa de que a recuperação global seja desigual, por causa do acesso a vacinas e capacidade de adoção de estímulos, estão entre os fatores que deixam o Brasil ainda em maior desvantagem.

No ano passado, o **PIB** brasileiro recuou 4,1%, queda maior que a média mundial de 3,3%. Em 2021, deve crescer 3,7%, segundo projeção do FMI muito próxima dos números estimados pelo governo brasileiro - resultado também pior que o crescimento médio mundial de 6% e dos países latino-americanos (4,6%).

Reportagem da Folha mostrou que, em média, cada brasileiro teve renda de R\$ 35.172 em todo o ano passado. O valor significa perda próxima de R\$ 1.770 em relação a 2019, já considerada a **inflação**, e de R\$ 2.040 ante 2010.

O país empobreceu 5,5% na década encerrada em 2020.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49495>

# Em ano de eleição, Bolsonaro terá folga no teto para ampliar despesas

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

O presidente Jair Bolsonaro terá espaço de R\$ 111 bilhões para ampliar as despesas em 2022, último ano do atual mandato e também de eleições presidenciais.

Segundo os cálculos do ex-secretário do Tesouro e atual economista-chefe do BTG, Mansueto Almeida, o ano que vem será o mais tranquilo para o presidente cumprir o teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à inflação.

Antes da aceleração da inflação, que corrige o teto, a expectativa era a de que 2022 seria o ano de maior aperto nas contas públicas, mas agora será o de maior folga para ampliação das despesas desde que a norma entrou em vigor. A regra foi criada em 2016 e entrou em funcionamento no ano seguinte para ser a principal "âncora fiscal" do Brasil, mas com a pandemia vem passando por um "teste de sobrevivência" diante das tentativas de dribles.

Mansueto destaca que o aumento do espaço fiscal no teto de gastos no ano que vem vai facilitar o seu cumprimento não apenas em 2022, mas também nos próximos anos, desde que não se transforme em despesa obrigatória (como são classificados os gastos com o pagamento de salários e benefícios da Previdência, por exemplo).

Dentro dos R\$ 111 bilhões de fôlego em 2022 para ampliar os gastos, o governo deve ter um espaço de cerca de R\$ 40 bilhões para gastar livremente, nas contas de Mansueto. Isso porque uma parcela dos gastos tem reajustes automáticos por causa da inflação - é o que acontece, por exemplo, com benefícios atrelados ao salário mínimo.

No estudo, Mansueto afirma que o teto sozinho não resolve mais o problema fiscal. Ele defende corte de 1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) nas renúncias para recuperar a arrecadação e voltar ao trilho do ajuste fiscal traçado quando o teto de gastos foi criado.

Num detalhado estudo em que procura responder às perguntas frequentes de investidores estrangeiros sobre o futuro das contas públicas do Brasil na fase pós-coronavírus, Mansueto é taxativo: o teto de gastos já não é mais suficiente sozinho para levar as contas

do governo para um superávit (quando as contas do governo ficam no azul, ou seja, as receitas superam as despesas) de 2,5% do PIB em 2026, ano que o teto poderá ser revisto.

Baixo crescimento. Um dos problemas apontados por Mansueto no estudo é que o baixo crescimento da economia, de 2017 a 2019, antes da pandemia, fez com que apenas um terço do ajuste previsto na criação do teto de gastos fosse feito. Nesse período, o crescimento real do PIB brasileiro foi de apenas 1,5% ao ano. Na época de aprovação do teto, a expectativa era de uma alta de 2,5%. Se contava com uma redução gradual de cerca de 0,5 ponto do PIB por ano, o que representaria um ajuste fiscal de 5 pontos percentuais do PIB, em dez anos, com o resultado das contas públicas chegando a "zero" (ou seja, receitas iguais às despesas) já em 2021. Isso não aconteceu. Hoje, o rombo previsto para 2021 é de R\$ 247,1 bilhões.

"Cumprir o teto de gastos e apenas recuperar a arrecadação que o governo perdeu com a pandemia não é suficiente para avançarmos com o ajuste fiscal", diz Mansueto ao Estadão. "Pensávamos que em dez anos, cumprindo o teto de gastos, o ajuste estava feito", admite o ex-secretário, que integrou a equipe do Ministério da Economia que propôs a criação da regra.

Pelos seus cálculos, o desafio para a economia brasileira é aumentar a velocidade e fazer um ajuste fiscal de pelo menos 5,5 pontos percentuais do PIB, cerca de R\$ 440 bilhões, de 2022 a 2026. Ou seja, fazer em cinco anos o que estava planejado para ser feito em dez anos. Ele diz que é possível. Mas para isso, além de cumprir o teto de gastos, será preciso fazer um esforço no lado da arrecadação, uma vez que há uma crescente resistência para acelerar a velocidade de ajuste fiscal pelo lado da despesa, como ficou claro na aprovação da PEC do auxílio emergencial neste ano.

O economista estima que é preciso recuperar a arrecadação em 1,3 ponto do PIB. Ainda assim, ele prevê a necessidade de corte das renúncias tributárias.

Para Mansueto, o principal risco a ser monitorado daqui em diante são os gastos extra-teto relacionados ao combate à pandemia.

Esses gastos já somam R\$ 83 bilhões na conta do ex-secretário e existe pressão para aumentá- los.

Com a pandemia, a despesa primária do governo passou de 19,5%, em 2019, para 26,3% do **PIB** no ano passado. O resultado foi o aumento da dívida bruta do setor público brasileira de 74,3% para 89% do **PIB**.

Expectativa

"Pensávamos que em dez anos, cumprindo o teto de gastos, o ajuste estava feito."

Mansueto Almeida EX-SECRETÁRIO DO TESOURO

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bolsonaro recebe sugestão para deixar Orçamento com Lira

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

O presidente Jair Bolsonaro está sendo aconselhado a viajar para fora do País e deixar a tarefa de sancionar o Orçamento de 2021 para o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas-AL).

A data-limite para a sanção integral ou com vetos do texto aprovado no Congresso Nacional vai até o próximo dia 22.

Segundo o Estadão apurou, essa alternativa foi discutida, durante o fim de semana, em reuniões do presidente com interlocutores para resolver o impasse em torno da sanção da lei orçamentária. Ela foi aprovada com despesas obrigatórias subestimadas para acomodar o aumento de emendas parlamentares - manobra apontada por especialistas de dentro e fora do governo como maquiagem.

A interlocutores, Lira disse que não foi informado sobre uma eventual viagem do presidente e reagiu. Segundo relatos, teria afirmado que, se isso ocorrer, vai ficar caracterizado "falta de coragem" de Bolsonaro.

"Se ele viajar, ótimo. Se for por falta de coragem, um abraço", teria afirmado. Procurado, o Palácio do Planalto não se pronunciou até o fechamento desta edição.

O presidente da Câmara rechaça a crítica de que o Orçamento tenha sido maquiado para subestimar despesas obrigatórias da Previdência e do seguro-desemprego, por exemplo. Por isso, ele afirma não ver problemas em sancionar o texto sem vetos.

Esse é justamente o argumento de quem aconselha o presidente a deixar com Lira a missão.

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ), e da Câmara não querem o veto de Bolsonaro e defendem um eventual ajuste ao longo do tempo. Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, alertou o presidente que ele pode cometer crime de responsabilidade fiscal se sancionar o Orçamento da forma como foi aprovado pelo Congresso, com dois riscos: impeachment, por crime de responsabilidade, ou se tornar inelegível, caso as contas deste ano sejam reprovadas. Por outro lado, dois pareceres

(elaborados pela Câmara e pelo Senado) apontam que o presidente poderia sancionar a lei sem vetos.

Embaraço jurídico. A "engenharia" política envolvendo uma eventual viagem do presidente exigiria que o vice-presidente, Hamilton Mourão, também deixasse o País. Lira é o segundo na linha sucessória da Presidência da República.

Também pode haver um embaraço jurídico para o presidente da Câmara se sentar na cadeira de Bolsonaro. Como mostrou o Estadão em fevereiro, precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que réus em ações penais podem até comandar uma das Casas do Congresso, mas não substituir o presidente e o vice, caso os dois se ausentem do território nacional. Aliados de Lira afirmam que ele está apto a assumir a Presidência no caso de ausência de Bolsonaro e Mourão.

"Só pode ser brincadeira", tuitou o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara. Para Maia, mesmo que Lira sancione o Orçamento, caberá a Bolsonaro responder pelo risco de o aumento das despesas ser superior à margem do teto de gastos, regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

Na visão de Maia, Bolsonaro também não pode se resguardar no silêncio. Se o Orçamento não for sancionado pelo presidente, cabe ao presidente do Senado a promulgação do texto.

'Falta de coragem'

"Se ele (Bolsonaro) viajar, ótimo. Se for por falta de coragem, um abraço."

Arthur Lira (PP-AL) PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CONVERSA COM ALIADOS SOBRE POSSIBILIDADE DE BOLSONARO DEIXAR O PAÍS PARA EVITAR SANCIONAR O ORÇAMENTO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Manobra para resolver o impasse

**MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA, João Sorima Neto**

Pressionado a encontrar uma solução para o impasse do Orçamento, o governo avalia enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir que gastos contra a pandemia de Covid-19 e até recursos para obras fiquem fora de regras fiscais. A medida é vista por parte dos integrantes do Executivo como uma saída para dois problemas. Em uma frente, ao liberar dinheiro para os empreendimentos públicos, atenderia à demanda de parlamentares que inflaram as despesas para projetos de interesse político durante a votação da proposta orçamentária por meio de uma manobra considerada irregular pela equipe econômica - ponto central do desentendimento. Em outra, permitiria reeditar programas emergenciais sem recorrer ao Estado de Calamidade, que flexibiliza despesas durante o ano inteiro.

As primeiras informações sobre o plano foram mal recebidas pelo mercado financeiro, preocupado com o aumento da dívida pública. O dólar comercial voltou ao patamar acima de R\$5,70.

No Ministério da Economia, a ideia é que o projeto suspenda temporariamente travas apenas para gastos relacionados ao combate ao novo coronavírus e seus impactos econômicos, como a renovação do programa que autoriza acordos de redução de jornada e salários nos moldes da medida provisória (MP) 936 -e a liberação de mais recursos para a saúde. Essas ações seriam limitadas a R\$ 35 bilhões e não ficariam sujeitas a freios como o teto de gastos, que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior.

## DESEJO DA ALA POLÍTICA

A possibilidade de gastar com obras fora desses limites começou a ser articulada pela ala política do governo, que fala em gastos entre R\$ 15 bilhões e R\$ 18 bilhões. A intenção desse grupo, segundo fontes, é autorizar essas despesas na PEC com o objetivo de "atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos" da pandemia. Para auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, isso significaria um dribble no teto de gastos. O governo ainda não tomou uma decisão sobre o envio do texto, que será apresentado ao presidente Jair Bolsonaro.

As negociações ocorrem em um momento em que Bolsonaro é pressionado pelo Congresso a sancionar

o Orçamento sem vetos. A proposta aumentou em R\$ 26,4 bilhões as emendas parlamentares, especialmente para obras. Para isso, o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou gastos obrigatórios, especialmente com Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, o que é considerado irregular por especialistas e técnicos do governo. Guedes tem defendido o veto desse trecho para que seja possível recompor a previsão das despesas que foram subestimadas e não podem deixar de ser pagas.

O ministro afirma que há risco de o presidente cometer crime de responsabilidade, caso assine o texto como foi aprovado. Nos últimos dias, auxiliares de Bolsonaro passaram até a avaliar a possibilidade de o presidente viajar para fora do país e deixar Lira sancionar o Orçamento. Para isso, seria necessário o vice-presidente Hamilton Mourão também viajar. O presidente da Câmara é o terceiro na linha de sucessão da Presidência da República. O prazo para sanção ou veto da proposta termina no dia 22.

## TENSÃO COM O CONGRESSO

Apesar da posição de Guedes, começou a ganhar força de fato no governo e até entre parte da equipe econômica a possibilidade de sancionar integralmente o texto, uma forma de evitar aumentar a tensão com o Legislativo no momento em que o governo ainda tem que lidar com as articulações em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, no Senado.

Caso Bolsonaro sancione integralmente o texto, a PEC poderia resolver o impasse. Isso porque, ao permitir as obras fora do teto, as emendas dos parlamentares seriam transferidas para esses gastos. Assim, seria possível recompor a previsão de gastos obrigatórios sem bloquear as indicações feitas por deputados e senadores. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de pelo menos 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa.

Se a PEC avançar, o governo pretende gastar pelo menos R\$ 4 bilhões com o Pronampe (empréstimo para pequenas empresas) e R\$ 8 bilhões para compensar o corte de salário e de jornada de trabalhadores atingidos pela nova versão do programa de manutenção de emprego. O Ministério da Economia considera os programas um "sucesso", especialmente o que permitiu acordos para redução de jornada de trabalho de mais de 11 milhões de empregados. Além disso, o Ministério da Saúde já



mostrou a necessidade de mais verba para combater a pandemia, como recursos para leitos de UTI e testes.

A demora e os ruídos na aprovação do Orçamento fizeram pressão no mercado de câmbio ontem. A moeda americana fechou cotada a R\$ 5,72, uma alta de 0,81%.

"Diante do cenário local, onde as incertezas aumentam a cada dia, o comportamento dos agentes na busca por proteção impactou diretamente no câmbio", escreveu Ricardo Gomes da Silva, diretor da corretora de câmbio Correparti, em relatório a clientes.

Já na Bolsa, a alta das ações da Petrobras e dos bancos ajudou na valorização do Ibovespa, que subiu 0,97%, aos 118.811 pontos, maior patamar desde fevereiro.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Líderes empresariais sugerem ao governo mais "ambição climática"

**Daniela Chiaretti**

Um grupo de 33 líderes empresariais e de outras instituições assina uma carta ao governo brasileiro pedindo maior ambição climática. Os empresários esperam que o Brasil se comprometa com a neutralidade de emissões em 2050, e não em 2060, como está no compromisso brasileiro anunciado em dezembro. Dizem também que a meta pode ser atingida atraindo mais recursos financeiros do que os US\$ 10 bilhões anuais condicionados pelo governo Bolsonaro para antecipar o objetivo.

É a segunda vez no governo Bolsonaro que líderes empresariais se pronunciam de forma coletiva sobre temas ambientais. Na primeira vez, em julho, 38 empresários enviaram carta ao vice-presidente Hamilton Mourão, presidente do Conselho Nacional da Amazônia, manifestando preocupação com o desmatamento e recomendando que a retomada da economia seguisse o rumo do baixo carbono.

O texto obtido com exclusividade pelo Valor pede agora mais ambição climática do governo à véspera da Cúpula de Líderes Climáticos convocada pelo presidente Joe Biden para 22 e 23 de abril. Tornar mais fortes os compromissos voluntários dos países, conhecidos pela sigla NDC, tanto em metas de corte de emissões, financiamento e medidas de adaptação é a tônica do encontro que reunirá 40 chefes de Estado e de governo.

Em dezembro, o Brasil tomou pública sua nova Contribuição Nacional Determinada (NDC, na sigla em inglês). Comprometeu-se com a descarbonização da economia em 2060, mesmo objetivo assumido pela China, e um corte de 43% nas emissões em 2030, em relação aos níveis de 2005. O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles disse na ocasião que a meta de neutralidade da economia para 2060 poderia ser antecipada se o Brasil receber recursos de US\$ 10 bilhões ao ano a partir de 2021. Os empresários têm outra visão: o Brasil pode ser mais ambicioso sem condicionar a meta a recursos externos.

A carta-manifesto "Neutralidade Climática: uma grande oportunidade", assinada por líderes de 28 grandes empresas e de cinco entidades do agronegócio, indústria, comércio, academia, sociedade civil e relações internacionais, diz que metas mais

ambiciosas de neutralidade de emissões para 2050 "trarão ganhos ao Brasil" em termos econômicos, comerciais, ambientais e reputacionais.

O texto, organizado por especialistas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), tem quatro pontos centrais (ver reportagem abaixo). Um deles indica que investimentos e oportunidades de negócios podem trazer, somente em soluções baseadas na natureza (como reflorestamento ou polinização, por exemplo), US\$ 17 bilhões em negócios até 2030.

O **PIB** poderia crescer com a implantação de práticas de baixo carbono e atingir ganho acumulado de R\$ 2,8 trilhões até 2030 em relação à trajetória atual. Estudos do Cebds indicam que o país pode ganhar R\$ 19 bilhões em produtividade agrícola adicional até 2030.

"Essa mensagem é um reforço para que o posicionamento do Brasil seja mais ousado, não só no summit de Biden, mas também para as negociações da CoP 26 em Glasgow", diz João Paulo Ferreira, CEO da Natura Co América Latina. "O Brasil tem todas as condições de ser um dos líderes mundiais da economia de baixo carbono e da bioeconomia, não podemos perder esta oportunidade. E colocar metas ousadas é um motor de inovação e produtividade."

"Um dos efeitos da pandemia, além da tragédia humana com a perda de vidas, vai ser a perda de produtividade relativa do país", segue, lembrando que a economia brasileira, que já foi a sexta maior do mundo, "está perdendo posições na economia mundial", continua. "É importante gerar estímulos que virão da economia verde, que vai oferecer trabalhos novos, atividade econômica nova, formar trabalhadores." Ele diz que a neutralidade em carbono em 2050 não só é uma questão ambiental, mas também "acelera investimentos e a criação de empregos".

Com ele concorda André Clark, gerente-geral da Siemens Energy no Brasil. "A pressão internacional sobre mudança climática será proporcional ao tamanho da mudança de rota dos capitais na direção do ESG", diz, referindo-se ao conceito que reúne ações ambientais, sociais e de governança. "Os parceiros do Brasil -EUA, Europa, China e Japão- estão indo nesta direção de forma sem precedentes. É

exigência das sociedades destes países e que criou investidores do ESG. Este mundo quer comprar de empresas do Brasil que entendem a realidade da crise climática".

"Já amadurecemos para tomar decisões seguras em uma trajetória de baixo carbono mais inclusiva", diz Marina Grossi, presidente do Cebds e articuladora da carta. "O país lidera na remoção de carbono. Temos enorme vantagem competitiva", segue. Em nota, Marcos Molina, presidente do conselho de administração da Marfrig, diz que o protagonismo brasileiro "trará uma série de benefícios tanto ao país como para o planeta".

#### Documento quer solução para créditos de carbono

A carta dos empresários faz referência explícita ao artigo 6 do Acordo de Paris, que será negociado na CoP 26, a conferência climática a ONU, e se refere a mercados de carbono. "Consideramos crucial o aprofundamento da discussão entre o setor privado, a sociedade e o governo brasileiro sobre a posição em relação ao artigo 6", diz a carta. A solução deve evitar dupla contagem das reduções "permitindo que os créditos de carbono provenientes do Brasil sejam exportáveis e amplamente aceitos no mercado internacional, resultando em entrada de recursos no país".

Na conferência de Madri, o Brasil foi acusado de travar a negociação neste ponto, comprometendo o que outros chamam de "integridade ambiental" do sistema. "O Brasil tem a oportunidade única de defender, como vem fazendo nas últimas semanas, a manutenção da floresta em pé", diz Walter Schalka, presidente da Suzano. Ele acredita que a participação do Brasil "em um mercado regulado de carbono e com a eliminação do desmatamento ilegal abre a perspectiva de forte criação de valor".

"A transição mais célere não é apenas possível, como desejada, diz a carta. "A cúpula do clima é janela maravilhosa para o Brasil ter compromissos mais concretos", diz Deborah Vieitas, presidente da Amcham Brasil, que reúne mais de 4.000 empresas, sendo 25% americanas, como Coca-Cola, Pepsi e Google. "Uma inação do Brasil neste momento nos torna parte do problema." Gabriella Dorlhac, diretora da ICC Brasil, entidade que promove o comércio internacional, diz que "é raro ver uma manifestação contundente e coordenada do setor privado como esta. É o caminho a seguir".

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# LDO de 2022 deve ter meta de déficit de R\$ 170 bilhões

**Fabio Graner**

Em meio à crise do Orçamento deste ano, o governo finaliza para enviar ao Congresso até a próxima quinta-feira (15), o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022, último ano da atual gestão do presidente Jair Bolsonaro e no qual ele deve disputar a reeleição. Segundo uma fonte do governo antecipou ao Valor PRO ontem, a meta de déficit primário deve ficar abaixo de R\$ 200 bilhões. Outra fonte indicou um número ao redor de R\$ 170 bilhões de déficit para o governo federal.

A orientação do ministro da Economia, Paulo Guedes, é sinalizar a continuidade de uma trajetória de melhora no desempenho fiscal do país depois do déficit recorde verificado em 2020 devido à pandemia.

Para este ano, a LDO aprovada em dezembro definiu uma meta de R\$ 247,2 bilhões. Vale lembrar que, por causa da pandemia, o texto original do governo não previa uma meta (tinha um alvo flexível, que variava conforme a receita), movimento inédito.

Depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) questionar a sistemática proposta e com a pandemia já menos aguda naquele momento, o governo enviou uma mensagem ao Congresso definindo um alvo fixo para este ano. O número, que acabou sendo aprovado pelos parlamentares no fim do ano, daria espaço para a atuação do governo neste ano, mas o cenário começou a se complicar com o movimento para inflar emendas no Orçamento e com a piora da pandemia, que está demandando mais gastos do que inicialmente a equipe econômica planejara fazer. Agora, o cenário já enseja o risco até de mudar a meta deste ano também, já que os gastos extraordinários estão fora do teto, mas não do objetivo fiscal primário.

Apesar de enviar uma meta que sinaliza melhora fiscal, o número em si da LDO é considerado sem grande importância na cúpula da Economia. Isso porque, segundo uma alta fonte, o objetivo central hoje é conter o endividamento, em um esforço de realinhamento de balanço que vai além da meta fiscal, incluindo devolução de recursos de bancos públicos ao Tesouro e venda de reservas aproveitando o dólar mais alto, além de outros fatores, como os juros baixos.

Vale lembrar que a LDO traz as premissas para a elaboração do orçamento. Recentemente, o governo teve que pedir uma modificação na lei vigente para este ano para abrir espaço para adotar novas medidas fiscais. É que, por iniciativa da equipe de Guedes, o texto trouxe uma trava exigindo compensação também para gastos extraordinários e temporários, que agora se mostra contraproducente para o governo. Por isso, na semana passada o Palácio do Planalto enviou um projeto (PLN) ao Congresso sugerindo a retirada desse mecanismo proposto pela Economia.

Na LDO o governo também deve apresentar seus parâmetros macroeconômicos para este e o próximo ano, os indicativos de metas fiscais para 2023 e 2024, além de uma série de análises e dados fiscais, como estoque de dívidas em disputa na Justiça, riscos de diversas naturezas e os cenários alternativos.

De acordo com as mais recentes projeções da Economia, o crescimento do **PIB** neste ano será de 3,2% e em 2022 de 2,5%, números que mostram uma economia ainda em ritmo lento dada a queda de 4,1% ocorrida em 2020. Para o IPCA, a **inflação** esperada é de 4,4% neste ano e 3,5% em 2022.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Inflação em alta torna linha de IPCA mais cara

Além dos juros baixos e da demanda reprimida, um dos grandes trunfos dos bancos para alavancar o crédito imobiliário tem sido a diversificação das linhas. Até 2019, a oferta era, basicamente, de operações com taxas fixas anuais mais a variação da taxa referencial (TR). Nos últimos anos, as instituições lançaram modalidades como os financiamentos indexados ao índice de **inflação** IPCA, ao retorno da poupança ou ainda atrelados a uma taxa prefixada, sem variação.

A modalidade mais tradicional, que cobra taxa fixa mais TR, ainda representa a maioria das operações do mercado, mas a opção de crédito indexado ao IPCA tem ganhado terreno. Entre os grandes bancos, apenas a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil oferecem a modalidade. Porém, no BB a linha ainda está restrita aos segmentos de alta renda.

A Caixa foi o primeiro banco a lançar a linha em agosto de 2019. As contratações de crédito referenciado ao índice de **inflação** representaram 17,55% das concessões no último trimestre de 2020, com R\$ 3,3 bilhões e 13 mil contratos, segundo a instituição.

A aceleração do ritmo de alta do IPCA, porém, começa a pesar nos contratos atrelado ao indexador, que, quando surgiu, era uma opção de custo significativamente mais baixo. Em março, o referencial de **inflação** atingiu 6,10% em 12 meses. Trata-se de uma elevação de 2,67 pontos percentuais em relação a agosto de 2019, quando a Caixa lançou a linha. Em termos percentuais, significa uma alta de 77,84%.

A linha oferecida pela Caixa embute, além do IPCA, uma taxa fixa que pode variar de 2,95% a 4,95% ao ano, segundo o grau de relacionamento com o banco. No piso, a taxa final ao tomador dentro dessa linha alcança 9,05%, com IPCA em 6,10%. No topo, já estaria de volta aos dois dígitos, a 11,05% ao ano. Mas, se prevalecer a leitura do mercado de IPCA em 4,85% no fim de 2021, conforme a pesquisa Focus do BC, a taxa recuará para o intervalo de 7,8% a 9,8%.

Com uma volatilidade maior do que as demais linhas, o crédito atrelado ao IPCA pode ser considerado desvantajoso no momento frente às modalidades TR e poupança. Mas, apesar da subida, o IP-CA médio de agosto de 2019 a fevereiro de 2021 situa-se em

3,40%, o que implicaria taxas na faixa de 6,35% a 8,35% no período.

No mesmo intervalo, a taxa média da modalidade atrelada à TR, segundo dados do site Melhor Taxa, de comparação de custos de crédito imobiliário, foi de 7,36%. Ainda no caso dessa linha, como a taxa referencial está zerada há alguns anos, o financiamento permanece com juro médio de 6,94%, segundo dados do Banco Central referentes a fevereiro.

No caso da poupança, a caderneta tem retorno atrelado à Selic e rende 70% da taxa básica, quando o referencial está igual ou abaixo de 8,5% ao ano. No momento, a caderneta rende 1,93% ao ano. A modalidade atrelada à poupança na Caixa tem o acréscimo de taxa fixa entre 3,35% e 3,99% ao ano, além da variação da caderneta. No Itaú e Inter, outras duas instituições que também oferecem a modalidade, a parcela fixa cobrada é de 3,99% e 4%, respectivamente. Se for tomada a referência de 4%, hoje o custo de financiamento atinge 5,93%, inferior aos créditos com TR e IPCA.

Segundo o cofundador do Melhor Taxa, Rafael Sasso, o comportamento do crédito imobiliário, ainda que a Selic deva subir até o fim do ano, tende a ser imprevisível, diante do aumento da concorrência. "No curto prazo pode ser que suba, mas a concorrência pode manter as taxas paradas."

Se o custo do financiamento voltar ao mesmo patamar de quando a Selic estava em 5,5%, a taxa média pode alcançar 7,71%. Essa era a média cobrada em outubro de 2019, segundo a série histórica do site, quando a taxa básica estava perto dos 5,25%, previsto pelo mercado para o fim de 2021 no boletim Focus. (ST)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186798?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186798?page=1&section=1)

# O Facebook e a manipulação política - DIÁRIOS DO MUNDO

**RODRIGO LOPES**

Quando surgiram os rumores de que a Rússia utilizou contas falsas no Facebook para tentar influenciar as eleições nos Estados Unidos, em 2016, a empresa de Mark Zuckerberg formou uma equipe de elite para investigar as suspeitas e remover as páginas. Mas o suposto rigor ao tratar tentativas de manipulação política em países desenvolvidos não é observado em nações pobres, sob ditadura ou com regimes corruptos.

E o que revela extensa reportagem do jornal britânico The Guardian, que teve acesso a documentos internos do Facebook e a relatos de uma pesquisadora de dados, Sophie Zhang, que trabalhou no departamento de ética da empresa para combater comportamentos considerados tóxicos na rede social.

A investigação conclui que o Facebook, ao contrário das promessas de combater discursos falsos e manipulação política por meio de contas falsas que infacionam dados de engajamento, permite que líderes mundiais usem a plataforma para enganar o público e para atacar opositores. Os documentos mostram que a empresa lidou com mais de 30 casos de comportamento manipulador em 25 países.

O Facebook atuou de forma rápida para retirar do ar contas falsas em países como Estados Unidos, Taiwan, Coreia do Sul e Polônia, mas pouco ou nada fez quando esse tipo de tática foi registrada em nações como Afeganistão, Iraque, Mongólia e México, por exemplo.

Com 2,8 bilhões de usuários, a companhia desempenha um papel importante como arena pública virtual, admite a reportagem. Mas, segundo o texto, seus algoritmos podem ser manipulados para distorcer a verdade. Uma maneira de fazer isso é criando "engajamento" falso - curtidas, comentários, compartilhamentos e reações usando contas criadas apenas para esse fim. Conforme a reportagem, um dos exemplos foi uma campanha organizada para aumentar a popularidade do presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández. Em 2018, foram descobertas evidências de que sua equipe estava envolvida na ofensiva para impulsionar o conteúdo de sua página com milhares de curtidas. Um dos administradores da página oficial de

Hernández gerenciava outras contas configuradas para se parecerem com perfis de usuários comuns. Hernández havia sido reeleito em 2017 em um processo cercado por denúncias de fraude. Sua administração é marcada por suspeitas de corrupção e violações aos direitos humanos. O Facebook levou quase um ano para tirar do ar as contas falsas.

Isso é possível porque há uma lacuna nas políticas do Facebook, segundo The Guardian. A empresa exige que contas de usuários sejam autênticas e os impede de ter mais de uma, mas não faz o mesmo para páginas.

Procurado, o Facebook informou: "Perseguimos agressivamente os abusos em todo o mundo e temos equipes especializadas focadas nesse trabalho. Como resultado, eliminamos mais de cem redes de comportamento inautêntico coordenado. Cerca de metade era composta por redes domésticas, que operavam em países na América Latina, no Oriente Médio, no norte da África e na região da Ásia-Pacífico. Combater comportamentos inautênticos coordenados é a nossa prioridade. Também estamos tratando dos problemas de spam e engajamento falso. Investigamos cada problema antes de tomar medidas ou fazer declarações públicas sobre eles".

Além dos países citados, foram comprovados casos de manipulação nas seguintes nações: Albânia, Azerbaijão, México, Argentina, Itália, Filipinas, Afeganistão, Coreia do Sul, Bolívia, Equador, Iraque, Tunísia, Taiwan, Paraguai, El Salvador, Índia, República Dominicana, Indonésia, Ucrânia, Polônia e Mongólia.

O Brasil, onde esse tipo de tática política também é comum, não é citado na reportagem do The Guardian.

O Equador disse "não" ao bolivarianismo

A eleição do banqueiro Guillermo Lasso (na foto, ao centro) como novo presidente do Equador significa muito mais o voto anti-Rafael Correa (representado pelo seu herdeiro político, Andrés Arauz) do que um triunfo propriamente dito do candidato liberal. Foi um "não" ao retorno do país ao bolivarianismo, ideologia criada pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e que angariou adeptos pela América Latina nas primeiras décadas do século 21.

Por onde o bolivarianismo passou semeou polarização. É assim na própria Venezuela de Nicolás Maduro ainda hoje. Foi assim na Bolívia e no Equador. O ódio ao adversário, sintoma de sociedades fraturadas, invadiu a campanha que se encerrou com o pleito de domingo.

Com a derrota do herdeiro, Corrêa, que governou por 10 anos o país (2007-2017), praticamente vê findar sua carreira política. Uma vitória de Arauz poderia criar o clima para a revisão das condenações que pesam sobre o ex-presidente por ter recebido propina em troca de obras do Estado dadas a empreiteiras brasileiras. Sem poder voltar ao Equador, "para se vingar dos traidores", como dizia, Corrêa deve ficar morando na Bélgica.

A derrota da esquerda também demonstra que os equatorianos estão querendo apagar a influência de Corrêa na política. Lasso é o primeiro presidente eleito em 14 anos sem relação com o ex-presidente. Lenín Moreno, o atual, foi vice de Corrêa (2007 a 2013) e só chegou ao poder em 2017 graças ao padrinho político com o qual rompeu pouco mais de cem dias depois de assumir o poder.

Lasso assumirá um país sob forte crise econômica e sanitária. Os preços baixos do petróleo, do qual o país é exportador e dependente economicamente, e a pandemia levaram o **PIB** a retroceder 7,8% em 2020. A covid-19 jogou um terço da população na pobreza.

#### Reabertura em Londres

Os salões de beleza estavam lotados, filas se formavam do lado de fora das lojas, e alguns pubs começaram a servir cerveja logo no início da manhã de ontem. Após quase quatro meses de confinamento, a Inglaterra entrou ontem em nova fase de flexibilização.

- Graças à vacinação, as coisas estão melhorando, e esperamos que melhorem mais e mais - disse o espanhol Pablo Fernández, 31 anos, membro de um grupo de profissionais de saúde que saía do turno da noite em um hospital de Londres.

Aproveitando que o pub Half Moon abriu suas portas excepcionalmente às 9h, o grupo seguiu para lá, para celebrar com cerveja.

Desde ontem, bares e restaurantes da Inglaterra podem reabrir suas áreas externas, enquanto o serviço interno terá de esperar até 17 de maio. Em toda Inglaterra, os salões de beleza se viram inundados por clientes.

Os governos de Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte têm autonomia decisória para as próprias políticas de combate à pandemia e para seus calendários de desconfinamento. Com quase 127 mil mortos, o Reino Unido foi o país mais castigado pela covid-19 na Europa.

#### Novo caso de violência racial

A agente que atirou no domingo em um jovem negro nos subúrbios de Minneapolis confundiu sua pistola elétrica de imobilização com sua arma de fogo, segundo a polícia.

- A policial sacou sua pistola no lugar do taser - disse Tim Gannon, comandante da polícia de Brooklyn Center. -Foi um tiro acidental que resultou na trágica morte de Daunte Wright.

A morte do homem negro gerou protestos no momento em que a cidade já está sob tensão devido ao julgamento do ex-policial Derek Chauvin pela morte de George Floyd.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/>

# Inflação para idosos acumula taxa de 6,2% em 12 meses

**CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL**

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) subiu 1,54% no primeiro trimestre de 2021 e acumula elevação de 6,2% nos últimos 12 meses, ficando acima da taxa acumulada pelo IPC-Br, no mesmo período, que atingiu 6,1%. O resultado foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

O IPC-3i mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos de idade. Já o IPC-Br analisa a **inflação** das famílias para todas as faixas de idade.

Na passagem do quarto trimestre de 2020 para os três primeiros meses deste ano, o IPC-3i teve recuo de 1,27 ponto percentual, de 2,81% para 1,54%. De acordo com o Ibre, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram queda na variação. O grupo habitação caiu de 3,4% para -0,37% e foi a principal contribuição para o desempenho do indicativo. A tarifa de eletricidade residencial foi o item que mais influenciou o comportamento desta classe de despesa, com a variação de -6,44% no primeiro trimestre, enquanto no período anterior foi 11,68%.

A queda do IPC-3i também sofreu influência dos grupos alimentação, que passou de 5,91% para 1,40%; educação, leitura e recreação saiu de 5,4% para -2,43%; e comunicação de 0,42% para 0,02%. O Ibre destacou nestas classes de despesa o comportamento de itens com quedas significativas como hortaliças e legumes de 15,79% para -1,82%, passagem aérea de 29,91% para -20,63% e tarifa de telefone residencial de 1,80% para estabilidade.

Os comportamentos negativos com avanço nas taxas de variação ficaram por conta dos grupos transportes, que tiveram alta de 2,23% para 7,16%, saúde e cuidados pessoais saindo de 0,39% para 1,24%, despesas diversas que passou de 0,45% para 0,88% e vestuário de 0,54% para 0,63%. Nestas classes de despesa, houve influência da gasolina cuja variação cresceu de 3,4% para 21,84%, médico, dentista e outros de 0,09% para 2,05%, cigarros de -0,93% para 1,85% e calçados femininos de -0,30% para 2,07%.

Orçamentos familiares

Esta versão do IPC foi desenvolvida com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo FGV-Ibre no biênio 2002/2003, e analisou o orçamento de famílias compostas, majoritariamente, por indivíduos com mais de 60 anos de idade. Com o indicador, é possível observar como a variação dos preços de produtos e serviços atinge o custo de vida de parcela crescente da população brasileira.

Segundo a FGV, "além de medir a evolução do custo de vida para indivíduos com mais de 60 anos de idade, o IPC-3i serve de referência para a execução de políticas públicas nas áreas de saúde e previdência".

**Site:** <http://edicaodigital.atarde.uol.com.br/>



# MEC muda forma de entrar em universidade

**Vinicius Guidoni**

Começou a valer a partir da madrugada de hoje o novo esquema de nota de corte para os candidatos inscritos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O modelo adotado, na verdade, volta a ser como era até o ano de 2019.

Com a decisão, tomada pelo Ministério da Educação (MEC), a nota do candidato parcialmente classificado no curso de sua primeira opção de inscrição não será mais computada para efeito do cálculo da nota de corte do curso de sua segunda opção, como estava sendo feito até ontem.

A mudança, segundo professores, é positiva, e vai dar aos candidatos uma real noção se eles têm ou não chance de serem aprovados nas instituições escolhidas.

O diretor do curso preparatório Homero Massena, Diego Matheus Bernardo, disse que os alunos vão poder ter uma noção real da nota de corte para o curso que escolheram como primeira opção, já que antes o esquema provocava uma certa **inflação** artificial nas notas.

"Antes, a nota era computada nas duas opções de curso escolhida pelo candidato, então criava um aumento na nota de corte de forma artificial. Agora, se ele passa na primeira opção, a segunda já é descartada. Isso traz uma transparência gigantesca para o aluno", comentou Diego.

O coordenador do ensino médio do Centro Educacional Praia da Costa, Rodrigo Uliana, reforça que a mudança para o formato antigo é melhor para o candidato. "Ele vai ter uma noção mais real se vai conseguir ou não a vaga na instituição desejada", afirmou Uliana.

Visando a uma vaga no curso de Engenharia de Produção na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o jovem André Voskanian, 17 anos, aprovou a mudança feita pelo MEC.

"Eu preferi essa mudança, porque senão a nota de corte ficaria mais alta, de maneira superficial, pois os candidatos estariam passando na primeira e na segunda opção de curso ao mesmo tempo, com a chamada "nota fantasma", então o sistema adotado agora ficou melhor", disse André.

As inscrições do Sisu vão até as 23h59 de amanhã, e o sistema foi atualizado nesta madrugada. Assim, segundo o MEC, os alunos terão hoje e amanhã para confirmar as inscrições com base na metodologia corrigida.

# O governo em grande confusão - MIRIAM LEITÃO

**MIRIAM LEITÃO**

No governo, a situação é completamente confusa, quando se trata de Orçamento. Para citar três exemplos, a peça que foi aprovada corta todo o dinheiro da área de tecnologia do Banco Central. Se esse gasto não for recomposto, não tem como rodar o Pix. Foi cortado todo o dinheiro do Pronaf, se não corrigir isso, não haverá financiamento da agricultura familiar. O Plano Safra foi reduzido à metade. Em qualquer órgão que se vá, é o que se ouve. Fala-se em shutdown. Nesse clima, o Senado instala hoje uma CPI para investigar ações e omissões do governo federal na gestão da pandemia que espalhou a morte pelo país. Os fios desencapados estão todos se juntando.

A CPI será instalada num momento de tensão entre governo e Congresso por causa do Orçamento, e ele só pode ser resolvido com um remédio que aumentará o conflito entre os dois poderes: vetando emendas parlamentares e mandando um projeto de lei. Ontem, o Ministério da Economia ensaiava mandar uma PEC tirando despesas do teto. Mesmo assim será necessário explicar bem essa PEC fura-teto para não parecer mais uma manobra criativa.

No meio disso, o presidente tenta escapar da CPI interferindo no Congresso. Na conversa com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), Bolsonaro juntou mais um crime aos muitos que já cometeu, o de impedir o livre exercício de uma CPI. E foi o que ele fez naquele telefonema estranho em que ameaçou até dar "porrada" no senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Numa manobra de desespero, para melar o jogo, os governistas propuseram uma segunda CPI que mira os governos estaduais, mas não conseguiram evitar a menção ao governo federal. Até o filho do presidente assinou em favor dessa CPI que tem como um dos alvos o governo do pai.

O que fará o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)? Instalará duas CPIs sobre o mesmo assunto ao mesmo tempo, uma com o apoio do governo? E se é governista não cumpre o primeiro requisito da CPI, que é ser um direito da minoria, e não do governo. Não cumpre também o segundo requisito porque o fato determinado está amplo demais, ele quer pegar vários governadores e além disso o Senado não tem a prerrogativa de investigar

governos estaduais.

Hoje o senador Pacheco instala a CPI original, que tem ordem judicial para abrir. O movimento feito pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), de requerer a possibilidade de investigar governos estaduais e municipais, foi apenas para casos em que houver conexão. Ele dá o exemplo de Manaus. Se o governo federal jogar a culpa sobre o governador ou o prefeito, é preciso ouvi-los. Na opinião do senador, isso dá mais legitimidade à CPI. O foco, contudo, será inevitavelmente no governo federal.

Enquanto isso, a economia capta os sinais de piora fiscal e isso se reflete nas oscilações do mercado. O Brasil poderia estar numa boa situação porque está havendo alta forte das commodities e isso, segundo análise que se ouve até dentro do próprio governo, só não está valorizando o real por causa do "excesso de ruídos políticos". Em condições normais, quando as commodities sobem, as moedas dos países exportadores se valorizam. Era para o dólar estar caindo. Está acontecendo o contrário, o real é uma das moedas que mais perde valor.

- Tudo o que passa pela percepção de instabilidade institucional se reflete no câmbio. E um câmbio em desvalorização persistente pode ter reflexo na **inflação** - explicou uma autoridade do Executivo.

Se não houver acordo no Orçamento, o governo terá que parar, como já aconteceu nos Estados Unidos. Imagine um shutdown em plena pandemia. Isso foi resultado de uma série de erros do governo e do Congresso. A articulação política, na época a cargo do general Luiz Eduardo Ramos, foi tão mal feita que as informações sobre as despesas cortadas caíram sem aviso prévio sobre os órgãos do Executivo. Normalmente, quando vai haver cortes no Orçamento, os órgãos ficam sabendo dias antes para argumentar, defender o que é essencial. Esse pegou todo mundo desprevenido.

O governo já não está funcionando, agora tem que consertar um monstro orçamentário contornando leis fiscais ou irritando o Congresso, onde está começando uma CPI para investigar o crime principal de Bolsonaro, o da gestão desastrosa da pandemia, que mata milhares de brasileiros todo dia.

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Crise no Brasil aumenta com 2a onda de covid

## **Agência Estado**

Dados do Banco Central mostram que, em dezembro, o comprometimento da renda das famílias brasileiras com dívidas bancárias chegou a 31,1%, pico da série histórica. O dado reflete a parcela dos salários usada para pagar juros e amortizações de empréstimos. Ou seja: a cada R\$ 100 de renda, sobram menos de R\$ 70 para o pagamento das demais despesas. O endividamento das famílias também é recorde: 56,4% da renda total.

Para a economista Isabela Tavares, especialista em crédito da Tendências Consultoria Integrada, as ações do governo federal para manter a renda das famílias em 2020 contribuíram para segurar as dívidas e a inadimplência. Com o fim de parte dos auxílios, na virada de 2020 para 2021, cresceu a pressão sobre o orçamento das famílias.

Esse agravamento não é surpresa. "Houve medidas na área de crédito e o auxílio emergencial, que sustentou a massa de renda. Em 2021, sem as medidas emergenciais, já se esperava uma reversão", diz Isabela.

As dívidas bancárias são outro ponto de pressão. Os dados mais recentes do BC mostram que, por ora, a inadimplência segue em níveis controlados, tanto para famílias quanto para empresas. Em fevereiro, a inadimplência atingiu 4,1% entre as famílias e 1,6% nas empresas. Os dados consideram o crédito livre, que excluem financiamentos com dinheiro do BNDES e da poupança (como o crédito imobiliário).

Mas a situação não é confortável. Isso porque o BC só considera como inadimplência os atrasos de mais de 90 dias. No ano passado, os bancos promoveram renegociações de dívidas e deram carência para o pagamento de prestações, o que fez o indicador cair no segundo semestre.

**Site:** <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210413>

# PEC pode ser solução para Orçamento

## BRASÍLIA Agência Estado

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para destravar os novos programas de combate aos efeitos econômicos da covid-19 pode ser usada para abrir espaço às emendas parlamentares que hoje são alvo de impasse na discussão do Orçamento de 2021, segundo apurou o Estadão. A alternativa da PEC está em análise no Ministério da Economia para "carimbar" os créditos extraordinários necessários às novas rodadas das ações de ajuda às empresas e aos trabalhadores sem apertar o "botão" do estado de calamidade.

Um desses "carimbos" seria dado a par te das despesas com saúde que hoje estão contempladas no Orçamento de 2021. O governo usaria como justificativa para bancar essas despesas com crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação), a sobrecarga sofrida pela área de saúde com o aumento no número de internações e óbitos por covid-19.

A manobra tem sido defendida por uma ala do governo para resolver o impasse das emendas e destravar obras e ações patrocinadas pelos parlamentares e que foram acordadas pelo governo em troca da aprovação da PEC emergencial, que permitiu a recriação do auxílio emergencial e instituiu medidas futuras de ajuste fiscal, consideradas essenciais pela Economia.

O relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC), cortou uma série de despesas obrigatórias, incluindo benefícios previdenciários, para acomodar gastos sugeridos por parlamentares para contemplar seus redutos eleitorais. O volume das emendas de relator chegou a R\$ 29 bilhões, às custas da maquiagem nos gastos obrigatórios.

O impasse se formou porque não só o relator, mas o próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que tudo foi feito com o consentimento do Ministério da Economia. Nos últimos dias, a equipe econômica e a ala política do governo têm tentado costurar com o Congresso uma solução para o impasse no Orçamento, mas a falta de espaço para cortes tem dificultado essa tarefa.

Sem outras medidas para liberar espaço nas despesas, seria necessário reverter praticamente todo o valor das emendas, o que teria um alto custo político para o governo. A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso de

determinar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar eventuais erros e omissões do governo no combate à pandemia adicionou pressão sobre o impasse no Orçamento.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já vem discutindo com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a edição de um crédito extraordinário de R\$ 15 bilhões para gastos da pasta contra a covid-19. Segundo apurou a reportagem, esse crédito ficaria fora do teto e poderia ser usado para bancar despesas que hoje estão previstas no Orçamento, liberando espaço às emendas. Um projeto de lei seria enviado posteriormente para redirecionar os recursos. Esse arranjo poderia aumentar as chances de aprovação da PEC no Congresso.

Uma das fontes ouvidas pela reportagem ressalta, porém, que a estratégia deve opor novamente a ala mais técnica do Ministério da Economia e o grupo que está disposto a fazer concessões à política - uma divisão já retratada pelo Estadão/Broadcast. Técnicos da área fiscal tendem a resistir à iniciativa por temerem que seja vista como "drible" no teto de gastos

### Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

# Com "bombeiros" fora, trégua entre Planalto e a Corte se esgota - ANALÍTICO

**BELA MEGALE** [bela@bsb.oglobo.com.br](mailto:bela@bsb.oglobo.com.br)

Com alguma dificuldade, o presidente Jair Bolsonaro vinha tentando manter um tom mais ameno em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF) e seus ministros. Desde a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), no ano passado, Bolsonaro passou a ceder a apelos de "bombeiros" do governo e baixou o tom de ataques ao Supremo. Aliados do presidente avaliam, no entanto, que a divulgação do áudio de Bolsonaro pelo senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) coloca fim à fase "paz e amor" que o chefe do Executivo tentou colocar em prática em relação à Corte.

Além disso, nomes que costumavam atuar como "bombeiros" nas crises entre o presidente e o Judiciário, como o ex-ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva e o ex-advogado-geral da União José Levi, estão fora do governo - ambos saíram na leva da **reforma ministerial** do fim de março. Outros, como o atual AGU, André Mendonça, estão com as pontes queimadas no tribunal.

Na conversa divulgada ontem por Kajuru em suas redes sociais, Bolsonaro sugeriu ao parlamentar que entre com pedidos de impeachment contra ministros do STF. O presidente também indicou ao senador que a abertura desses processos teria o poder de segurar a CPI da Pandemia.

Para parte dos ministros do STF, o áudio foi visto como uma estratégia frequentemente usada por Bolsonaro de "criar escândalos" para encobrir problemas de seu governo, em especial sobre a pandemia da Covid-19.

- Terá sempre um clima tenso com Bolsonaro. O presidente é tomado por teorias da conspiração. É intencional e faz parte da estratégia política dele fazer um escândalo para encobrir outro - afirmou um ministro, reservadamente.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## República em chamadas (3)

Mais uma vez a crise política tomou o protagonismo na República. A decisão do ministro Barroso em determinar a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 foi o suficiente para alavancar as insatisfações do presidente Jair Bolsonaro com o Judiciário, transformando um assunto sério em um verdadeiro 'circo', dotado de expressões nada amistosas, ameaças veladas e um temor inexplicável. No entanto, não há motivação plausível para se criar um verdadeiro escarcéu sobre uma questão que é sim de interesse público.

Em tal âmbito, o clima entre os Poderes vive novamente um dos momentos mais delicados desde que o atual ocupante do Planalto assumiu em 2019. Não bastasse seu flerte desenfreado com o autoritarismo e a inércia em estabelecer um diálogo propositivo com os demais protagonistas do rumo da nação, cria guerras desnecessárias, num momento em que cabe cautela, harmonia e pacificação.

Parece que há sempre a necessidade de manter um conflito aceso, latente, em chamadas. Se não há o que **temer**, não há motivos para alardear sobre a decisão do ministro do STF. Ataques gratuitos e bravatas em nada ajudam na situação atual.

A preocupação deveria estar direcionada à preservação de vidas, ao controle da pandemia, em frear a expansão das novas variantes, mas não, continuamos presos num mesmo ciclo, repleto de crises, não há apenas uma crise na saúde, há um turbilhão delas, que se desenvolvem, se expandem, cessam, mas são retomadas ao menor sinal de divergência. É preciso um basta!

**Site:** <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf>

# CPI pode ser adiada em razão da própria pandemia - CLÁUDIO HUMBERTO

**CLÁUDIO HUMBERTO** [claudiohumberto@meionorte.com](mailto:claudiohumberto@meionorte.com)

"Questão de ordem" no plenário do Senado, a ser apresentada nesta terça-feira (13) pelo Líder do Governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), poderá abrir caminho para o adiamento da CPI da Pandemia. As atividades presenciais no Senado estão suspensas e seu presidente, Rodrigo Pacheco, já avisou que não permitiria CPI remota. A expectativa é que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça que a CPI é impraticável e recomende o adiamento para outra ocasião.

O nó da questão

A questão de ordem não argumenta contra a CPI, mas dá um nó na questão ao pedir que Pacheco defina sua modalidade de funcionamento.

Risco afastado

Essa foi também a semana com maior quantidade de pessoas recebendo a segunda dose: 1,72 milhão ficaram imunizadas contra casos graves.

Discussão malandra

É uma manobra malandra a discussão sobre se o Senado pode investigar prefeitos e governadores suspeitos de desviar... recursos federais. Se o TCU, órgão auxiliar do Poder Legislativo, pode investigar corrupção de dinheiro da União, Senado e Câmara também podem.

No popular

Cientista político Paulo Kramer criticou tentativa de enfiar goela abaixo o ESG (Environmental, Social and Governance). "Pra mim, ESG continua sendo Escola Superior de Guerra. O resto é laçação corporativa", disse.

Perdas traumáticas

A morte de 3 senadores e de funcionários por Covid traumatizou o Senado, por isso o trabalho presencial foi suspenso.

Regras não faltam

Eduardo Gomes lembrará na questão de ordem regras do Senado e da Justiça que limitam o trabalho remoto, em tempos da pandemia.

Opção semipresencial

Há a opção de CPI semipresencial, considerada impraticável, só com senadores, depoentes e servidores já vacinados fora de grupos de risco.

Vacinação acelera e média chega a 800 mil doses

O Brasil tem elevado o ritmo de vacinação nas últimas semanas, ao contrário do que faz parecer a 'torcida do vírus', e já atingiu média de 800 mil doses aplicadas nos últimos sete dias. De acordo com dados do [vacinabrasil.org](http://vacinabrasil.org), a média diária havia caído, principalmente, devido ao feriadão da Páscoa, a pouco mais de 640 mil doses, mas a semana de recordes acelerar o ritmo e se aproximar da meta milionária do governo.

Depende disso

Com as entregas de novas doses e o ritmo da campanha em aceleração, a expectativa é que o país chegue logo à média de 1 milhão de doses.

Capacidade

comprovada

Nos sete dias na conta, o Brasil aplicou mais de 5,56 milhão de doses, com o recorde de 1,2 milhão em 24h, registrado na última terça (6).

Contra a maré

Só o lobby bilionário de distribuidoras explica defesa das termelétricas na geração de energia no Brasil. Enquanto burocratas tentam manter o país no atraso, a alta na venda de painéis solares elevou receitas de apenas uma fornecedora em âmbito global em 26,14%, para US\$ 4,5 bilhões.

Fiocruz na liderança

A Fiocruz será o maior fornecedor de vacinas contra covid no Brasil, com 222,4 milhões de doses contratadas. À frente do Butantan (130 milhões), Pfizer



(100 milhões) e Moderna (63 milhões).

"Facility" para inglês ver

O Brasil pagou à Covax-Facility, iniciativa da OMS, por 42,5 milhões de doses da vacina contra a Covid. Se cumprir o trato, a Covax será apenas o 5o maior fornecedor, atrás de Fiocruz, Butantan, Pfizer e Moderna.

Absurdo censurado

A fundadora do movimento Vidas Negras Importam (Black Lives Matter) nos EUA é alvo de críticas após comprar mansão de quase R\$ 9 milhões numa cidade rica, com apenas 1,4% da população negra. O perfil no Twitter que denunciou o caso acabou misteriosamente suspenso.

Muita estrada

Se de fato for instalada, a CPI da Covid terá prazo de 90 dias para investigar. Depois o relatório vai ao plenário e suas conclusões remetidas ao Ministério Público, para eventuais ações cíveis e criminais.

Foi incompetência

O ex-presidente Michel **Temer** eximiu Dilma Rousseff de culpa por atos de corrupção durante o governo. "Faço questão de dizer isso". Segundo **Temer**, a petista apenas "perdeu a mão" no início do segundo mandato.

**Site:** <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf>

# Repercussões da reforma ministerial do presidente (2)

**Magno Pires - Membro da Academia Piauiense de Letras e o Vice-presidente, ex-Secretário da Administração do Piauí, Advogado da União (aposentado), jornalista, administrador de empresas, Portal [www.magnopires.com.br](http://www.magnopires.com.br), e-mail: [magnopires\\_mp@yahoo.com](mailto:magnopires_mp@yahoo.com)**

O presidente Bolsonaro, inobstante as críticas constantes dos setores das supostas esquerdas e até da extrema direita, reafirmou o seu poder gerencial no comando do Brasil, exonerando (e substituindo), em um só momento, quatro ministros estratégicos da administração da União: exonerou os ministros da Defesa, Casa Civil, Relações Exteriores e Justiça. Não me lembro de um presidente Civil ou do período militar, ter feito uma **reforma ministerial**, no administrativo Federal, com tanta intensidade, profundidade e rapidez.

E, com a atitude, ter assegurado plenitude, poder, altivez, determinação, em relação ao cargo exercido; ainda que muitos, especialmente governadores, prefeitos e políticos da suposta esquerda, achassem que o governo de Bolsonaro havia sucumbido, acabado, alegando supostamente (pois, também, não é verdade) falta de pulso e gerenciamento na questão da pan-demia e/ou Covid-19, com a aquisição de insumos e/ou produtos necessários à produção da vacina e o plano de vacinação da população, bem assim dos equipamentos imprescindíveis ao combate da Covid-19.

Evidentemente, que no princípio, houve desconfiança quanto a uma atitude mais proativa da presidência; entretanto, o STF, e todos se recordam da decisão da Suprema Corte, interferindo desbragada e indevidamente no Poder Executivo, e solapando o poder legítimo e constitucional do presidente sobre a matéria; e transferindo aos governos municipais e estaduais o plano nacional de vacinação em massa da população, porém, os recursos aplicados teriam o tesouro nacional como fonte de subsídio.

Os onze ministros decidiram a favor de governadores e prefeitos e nem sequer o Senado e a Câmara se pronunciaram em defesa das garantias legitimamente constitucionais do Poder Executivo, legitimadas numa eleição democrática majoritária.

No entanto, embora ainda essa decisão ilegal, arbitrária e inconstitucional da STF, que tem o dever

precípua de preservar a Constituição, assegurando a harmonia apolítica entre os três poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário -, a presidência de Bolsonaro ainda mandou e/ou reenviou para Estados e Municípios, para o combate à Covid-19, quase 162 bilhões; grande parcela, desviada, roubada e aplicada em outros bens e serviços, fora da Covid; que o STF não se moveu um só instante cobrando a aplicação e/ou devolução desses recursos aos cofres nacional; mas lança, numa atitude nada republicana, para cima da presidência da República, embora a responsabilidade primeira e precípua seja do STF, para cobrar o ressarcimento dos recursos à União; ainda que a Procuradoria Geral da União e a Advocacia Geral da União - AGU e o Ministério Público Federal, com TCU e CGU, além da Polícia Federal, tenham agido preventiva e profilaxicamente prendendo e denunciando alguns dos contraventores governantes de Estados e Municípios, além de Secretários de Saúde e empresários supostos fornecedores de equipamentos médicos.

A intervenção de Bolsonaro nesses quatro Ministérios, deixou aturdido, surpreso e exasperado o meio político, especialmente, e os empresários, porquanto jamais imaginaram esses agentes políticos e empresariais que o presidente fosse capaz, ágil e tão corajoso ao exonerar, notadamente os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, por ser um capitão da reserva, mas eleito majoritariamente por 57 milhões de voto; e derrotando na eleição de 2018 toda a esquerda, com o ídolo e o líder, ex-presidente Lula, no comando das oposições, e também com a ex-presidente Dilma auxiliando-o.

Por conseqüente, a decisão de Bolsonaro ecoou forte e favoravelmente no Presidente, no Brasil e no exterior, bem como na sociedade, porquanto reafirmada está a sua liderança nacional e na América Latina, bem como o respeito internacional que consolida.

E, remanejar o general Braga Neto, da Casa Civil para o Ministério da Defesa, pretende um alinhamento político, não partidário e geracional, das Forças Armadas, com a presidência e tudo sem proeminência e protagonismo dos militares, mas com uma orientação em defesa do Brasil, de civismo, do patriotismo, das nossas riquezas, da Amazônia e do respeito à sociedade, que pedia democracia,

liberdade, segurança jurídica, para viver, trabalhar e produzir.

E também sem alinhamento automático com países de doutrina político-ideológica diferente da nossa, embora mantidas as relações de transações comerciais, industriais e culturais com a China, o nosso maior parceiro internacional relativo às negociações de compra e venda de produtos, notadamente do agronegócio de grãos e minério de ferro. Contudo, há de se criticar essa submissão deslavada à doutrina político-ideológica dos Estados Unidos. Temos, pois, de preservar a nossa soberania, mas desalinhada e não submissa a qualquer país.

Portanto, os militares continuarão nos quartéis, fazendo o seu trabalho em defesa do Brasil e da sociedade, com democracia, entretanto, com a certeza de que há um presidente civil, embora Capitão do Exército, que quer a consolidação constante da democracia, com respeito às liberdades individuais, coletivas e difusas. E cai por terra, a história das supostas esquerdas de que Bolsonaro quer uma ditadura patrocinada por militares.

**Site:** <https://odia.presslab.com.br/>